



Número: **0000484-86.2016.8.15.0381**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Mista de Itabaiana**

Última distribuição : **21/06/2016**

Valor da causa: **R\$ 11.812,50**

Assuntos: **Indenizações Regulares, Capacidade Tributária**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
VANDERLEI MIGUEL DA SILVA (AUTOR)		GILBERTO CORREIA DA SILVA FILHO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
25973 481	06/11/2019 14:07	[VOL 1][Petição Inicial]	Petição Inicial
25973 482	06/11/2019 14:08	[VOL 2][Outros]	Autos digitalizados
30011 229	20/04/2020 15:53	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

**11875-Reclamação Pré-processual (PROCEDIMENTOS PRÉ-PROCESSUAIS DE
RESOLUÇÃO CONSENSUAL)**

0000751-14.2015.8.17.0001



Assuntos: Acidente de Trânsito > DPVAT

Tramitação Preferencial 1

☐ SIM
☒ NÃO

Tramitação Preferencial 2

☐ SIM
☒ NÃO

Gratuidade Judiciária

☐ SIM CF, Art. 5º
☐ NÃO Inciso LXXIV

Nº do Processo
0000751-14.2015.8.17.0001

PROCESSO DO 1º GRAU
Volume Apenso

Data Autuação
07/01/2015 12:23

Data: 08/01/2015 12:35
Classe originária:

DISTRIBUIÇÃO

Tipo: Distribuição - Sorteio Automático

ÓRGÃO JULGADOR

Comarca: Recife
Vara: Central de Conciliação Mediação e Arbitragem da Capital

PARTES

Autor : Vanderlei Miguel da Silva
Adv : GILBERTO CORREIA DA SILVA FILHO
Réu : SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A





Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

7- Procedimento Ordinário (Procedimento de Conhecimento)

0000751-14.2015.8.17.0001



Assuntos: Acidente de Trânsito > DPVAT

Tramitação Preferencial 1

☐ SIM
☒ NÃO

Tramitação Preferencial 2

☐ SIM
☒ NÃO

Gratuidade Judiciária

☐ SIM CF, Art. 5º
☐ NÃO inciso LXXIV

Nº do Processo
0000751-14.2015.8.17.0001

PROCESSO DO 1º GRAU
Volume Apenso

Data Autuação
07/01/2015 12:23

Data: 11/03/2015 09:11
Classe originária:

DISTRIBUIÇÃO

Tipo: Redistribuição - Sorteio Automático

ÓRGÃO JULGADOR

Comarca: Recife
Vara: Trigesima Primeira Vara Cível da Capital - SEÇÃO A

PARTES

Autor: Vanderlei Miguel da Silva
Adv: GILBERTO CORREIA DA SILVA FILHO
Réu: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SEÇÃO DE MULTIRÕES E CONCILIAÇÃO DA CAPITAL

Δ 839

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

0000484-86.2016.815.0381



Autor (a): **VANDERLEI MIGUEL DA SILVA**

Inscrito no CPF: **111.807.417-30**, vem solicitar com respaldo no Art. N° 1 Introdução Normativa n° 8 do TJPE de 28.08.2013, publicada em 30.08.2013, edição 160/2013, que os presentes autos que versam sobre Indenização de DPVAT, sejam remetidos imediatamente à Seção Especializada de Mutirões de Conciliação a Capital, antes da distribuição para alguma das Varas Cíveis, para que o feito possa ser inserido em pauta de Mutirões de acordo com o cronograma anual da seção.

Recife, 18 de dezembro de 2014.

"DE ACORDO":

Vanderlei Miguel da Silva

Autor (a)



Gilberto Correia
ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA
OAB/PE 34.570

81 3631-2088 | 9540-1514
gilbertocorreia.advocacia@hotmail.com
Rua Marçal Emiliano Sobrinho, 87 - 1º andar - Centro - Timbaúba/PE



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL
DA COMARCA DE RECIFE - PE



VANDERLEI MIGUEL DA SILVA, brasileiro, portador da cédula de identidade 3.078.613, SSP/PE, inscrito no CPF sob nº 111.807.417-30, domiciliado na Rua Dr. Alcebíades, Nº 315, Centro, Timbaúba - PE, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência por seu advogado infra-assinado (instrumento de procuração doc. anexo), com fulcro no art. 275, II, "D e E" do Código de Processo Civil, ajuizar a presente:

**AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA
DPVAT**

com fulcro na Lei 8.441/92, que dá nova redação à Lei Federal nº 6.194/74, e nos demais dispositivos legais aplicáveis à espécie, em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ nº 09.248.608/0001-04, situada na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP - 20031-205, pelo que declara e passa a expor:

Gilberto C. de Silva Filho
Advogado
OAB/PE 34.570

UJA - 12 6840 07-04-15 12:23 201501639 00044 2

751-14



Gilberto Correia
ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA
OAB/PE 34.570

81 3631-2088 | 9540-1514
gilbertocorreia.advocacia@hotmail.com
Rua Marçal Emiliano Sobrinho, 87 - 1º andar - Centro - Timbaúba/PE



PRELIMINARMENTE

DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA

Requer a concessão do benefício da Justiça Gratuita ao autor, vez que não possui meios para arcar com as custas deste processo, sem prejuízo de seu sustento e de sua família, conforme comprova através de documento em anexo. Fundamenta seu pedido nos arts. 4º e seguintes da lei nº 1.060/50, com redação dada pela Lei nº 7.510/86, e art. 5º, LXXIV da CF.



DOS FATOS

O requerente foi vítima de acidente de trânsito ocorrido no dia **20/06/2013**, sofrendo lesões gravíssimas, que resultaram em seqüelas definitivas, visto que, do ocorrido resultou uma **debilidade irreversível no membro superior, decorrente de fratura na clavícula direita** assim, impedindo o desempenho de suas funções habitualmente exercidas, conforme perícia traumatológica.

Sendo o requerente, vítima de acidente de veículo automotor, atrai a aplicação da Lei nº 6.194/74 (Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não); conforme o artigo 3º, alínea "b" que dispõe:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

- a) ...
- b) até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

Portanto, o requerente perfaz o direito de receber o total da perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores, no valor de **R\$ 13.500,00** (treze mil e quinhentos reais), a título de indenização, conforme tabela



Gilberto Correia
ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA
OAB/PE 34.570

81 3631-2088 | 9540-1514
gilbertocorreia.advocacia@hotmail.com
Rua Marçal Emiliano Sobrinho, 87 - 1º andar - Centro - Timbaúba/PE



em anexo, fazendo jus ao autor o recebimento da diferença para integralizar toda a monta indenizatória.



No entanto, em esfera administrativa (**SINISTRO Nº 2014638636**), recebeu o valor **R\$ 1.687,50 (UM MIL SEISCENTOS E OITENTA E SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)** quantia muito aquém da realmente devida, em total desrespeito à legislação vigente, fazendo jus ao autor o recebimento da diferença da **FRATURA DE CLAVÍCULA**, referente ao membro superior, para integralizar toda a monta indenizatória.

Logo, o autor faz jus ao recebimento de **R\$ 11.812,50 (ONZE MIL OITOCENTOS E DOZE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)**, valor alcançado pela subtração do recebido administrativamente e do valor devido pela tabela do seguro DPVAT.

Sendo assim, esclarecendo novamente, o autor não recebeu o integral de pleno direito, em total desrespeito com a legislação vigente, fazendo jus ao recebimento da diferença no valor integral da indenização, de direito do Autor.

Então, ingressa com a presente ação, a fim de receber o valor correspondente à diferença entre o valor recebido e o valor devido com base na Lei nº. 6.194/74.

Conforme documentos anexos, o requerente comprova o acidente e os danos por este causado, em consonância com o art. 5º, da Lei 6.194/74, que exige a simples prova do acidente independente da existência de culpa, conforme jurisprudências transcritas a seguir, in verbis:

SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES
APELAÇÃO CÍVEL 4550/96 - Reg. 3204-1 Cod. 96.001.04550
QUARTA CÂMARA - Unânime Juiz: PAULO GUSTAVO
REBELLO HORTA - Julg: 27/06/96 DPVAT. FALTA DE
CONTRATAÇÃO DO SEGURO. LEI N. 8441/92.
INCONSTITUCIONALIDADE. INOCORRENCIA. A Lei n.
8441/92 não conflita com o art. 192 da Constituição da
Republica nem contraria a essência do contrato de seguro,
previsto no art. 1432 do Código Civil, nos casos em que o
seguro não se acha realizado ou vencido, pois a constituição
obrigatória do consórcio de seguradoras foi criado justamente
para cobrir a indenização por pessoas acidentadas,
independente do pagamento do prêmio. Inconstitucionalidade
rejeitada. A indenização por morte em acidente de trânsito e
devida, mediante simples prova do acidente, ainda que não
recolhido o DPVAT. Cabe a seguradora acionada reaver do



Gilberto Correia
ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA
OAB/PE 34.570

81 3631-2088 | 9540-1514
gilbertocorreia.advocacia@hotmail.com
Rua Marçal Emiliano Sobrinho, 87 - 1º andar - Centro - Timbaúba/PE



consórcio o que tiver satisfeito em face da aplicação do art. 7.
da Lei n. 8441/92.(grifo nosso)



DO REQUERIMENTO

Destarte, ante o exposto, é a presente para REQUERER à
Vossa Excelência o quanto segue:

- 1) A citação da requerida para comparecer em audiência, designada por este juízo, caso queira, sob pena de sofrer os efeitos da revelia e confissão;
- 2) A PROCEDÊNCIA da presente, com a condenação da requerida ao pagamento da diferença no valor **R\$ 11.812,50 (ONZE MIL OITOCENTOS E DOZE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)**, da indenização do seguro obrigatório DPVAT, corrigidos monetariamente e juros de 1% a.m. contados desde a data do acidente, conforme Súmula 54 do STJ e atualizados à data da efetiva liquidação, com fulcro no artigo 3º, alínea "a", da Lei 6.194/74 e com fulcro no art. 275, II, "D e E" do Código de Processo Civil;
- 3) Requer a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º, inciso VIII do Código de Defesa do Consumidor, por ser parte hipossuficiente desta relação.
- 4) Requer que Vossa Excelência conceda os benefícios da justiça gratuita, considerando que o autor não pode arcar com as custas e demais despesas processuais.
- 5) Atesta à autenticidade dos documentos trazidos a baila a este M.M Juízo, sob responsabilidade exclusiva do advogado patrono desta ação, conforme artigo 365 do Código de Processo Civil.
- 6) Protesta e requer provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, sem exceção nenhuma, especialmente pelos documentos que instruem esta Inicial.



Gilberto Correia
ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA
OAB/PE 34.570

81 3631-2088 | 9540-1514
gilbertocorreia.advocacia@hotmail.com
Rua Marçal Emiliano Sobrinho, 87 - 1º andar - Centro - Timbóba/PE



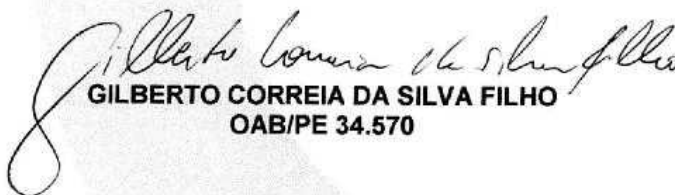


- 7) Por cautela, requer que seja oficiado o IML, para averiguar o grau DA LESÃO do autor, através de perícia traumatológica.
- 8) Requer a condenação em honorários advocatícios na importância de 20%.
- 9) Julgar totalmente procedentes as pretensões do Demandante acima pleiteada, por ser da mais inteira JUSTIÇA.
- 10) Outrossim, requer sejam todas as intimações publicadas exclusivamente em nome de seu Procurador **GILBERTO CORREIA DA SILVA FILHO, OAB-PE 34.570**, com escritório na Rua Marçal Emiliano Sobrinho, nº. 87, 1º Andar, Centro, Timbaúba – PE, CEP 55.870-000.
- 11) Dá-se a esta o valor **R\$ 11.812,50 (ONZE MIL OITOCENTOS E DOZE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)**.

Nestes termos

Pede Deferimento

Recife, 18 de dezembro de 2014.


GILBERTO CORREIA DA SILVA FILHO
OAB/PE 34.570



Gilberto Correia
ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA
OAB/PE 34.570

81 3631-2088 | 9540-1514
gilbertocorreia.advocacia@hotmail.com
Rua Marçal Emiliano Sobrinho, 87 - 1º andar - Centro - Timbaúba/PE



Instrumento Procuratório



OUTORGANTE: VANDERLEI MIGUEL DA SILVA, brasileiro, portador da cédula de identidade nº 3.078.613, SSP/PB, cadastrado no CPF/MF sob o nº 11.807.417-30, residente e domiciliado na Rua Dr. Alcebíades, nº 315, Centro, Timbaúba, Pernambuco.
OUTORGADO: Gilberto Correia da Silva Filho, brasileiro, advogado, OAB/PE 34.570, com sede na Rua Marçal Emiliano Sobrinho, 87, 1º Andar, Centro, Timbaúba – PE.

PODERES CONCEDIDOS:

Amplios poderes, admitidos os das cláusulas “AD JUDÍCIA” e “EXTRA-JUDÍCIA”, para o foro em geral em qualquer instância ou Tribunal de Justiça Federal ou do Estado de Pernambuco, bem como em todo Território Nacional, para em nome do (a) outorgante propor ação, contestar, embargar, agravar, recorrer, firmar compromisso, reconvir, concordar, discordar, oferecer provas, desistir, transigir, fazer declaração, confessar, protestar, receber e dar quitação, ingressar em qualquer juízo, ingressar com o pedido de indenização na forma administrativa, a fim de receber a primeira parcela a título de indenização do seguro DPVAT, receber cheque referente ao pagamento da complementação da indenização do seguro DPVAT, intimações/notificações, receber alvarás, podendo reter os honorários contratuais com percentual de 30% do valor do acordo eventualmente firmado, aceitar ou impugnar laudos, contas, habilitações, avaliações e partilhas, interpor qualquer tipo de recurso tanto nas fases administrativas, como judiciais, requerendo e acompanhando tudo quanto for de direito dos outorgantes. Enfim, os outorgados podem praticar todos e quaisquer atos conexos e consequentes a fim de agir em defesa dos direitos e interesses pessoais da outorgante, podendo inclusive substabelecer esta procuração a quem lhe prover, no todo ou em parte, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bem, firme e valioso.

Recife, 18 de dezembro de 2014.

Vanderlei Miguel da Silva

TESTEMUNHAS

1) _____ 2) _____



Gilberto Correia
ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA
OAB/PE 34.570

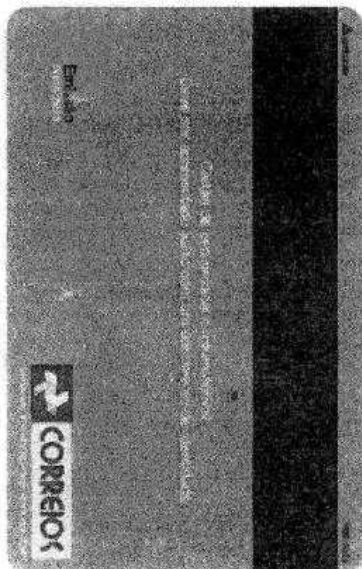
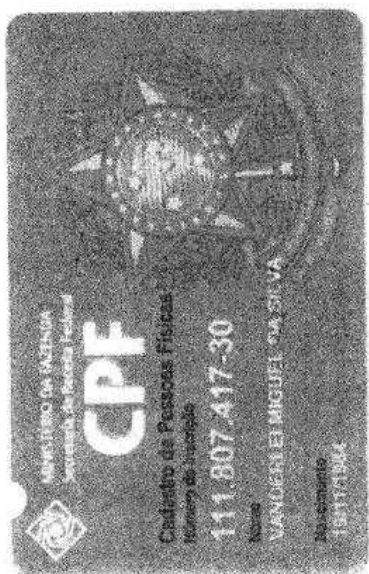
81 3631-2088 | 9540-1514
gilbertocorreia.advocacia@hotmail.com
Rua Marçal Emiliano Sobrinho, 87 - 1º andar - Centro - Timbaúba/PE





R.C. 3078613

30





CNPJ 09.769.035/0001-64
INSC. EST. Nº 18.1.001.0014398-2



FATURA MENSAL DE AGUA E ESGOTO

DADOS DO CLIENTE		MATRÍCULA: 103921869 Set/2014	
GILBERTO CORREIA DA SILVA			
R DR ALCEBIANES, N. 00315 - CASA A 1º ANDAR - CENTRO TIMBAUBA			
PE 55870-000			
INSCRIÇÃO: 153 830 104 0006 950 GRUPO: 5 DEB AUTOMÁTICO: 103921869			
SITUAÇÃO AGUA	SITUAÇÃO ESGOTO	QUANTIDADE DE ECONOMIAS	
LIGADO	POTENCIAL	RESIDENCIAL	COMERCIAL INDUSTRIAL PÚBLICA
HIDRÔMETRO	DATA LEIT. ANTERIOR	DATA LEIT. ATUAL	TIPO DE CONSUMO (A/E)
A11U239706	28/08/2014	28/09/2014	REAL

AGUA:
LEIT ANT: 22 CONSUMO: 3
LEIT ATU: 25
LEIT FAT: 25

HISTÓRICO DE CONSUMO
REFERÊNCIA CONSUMO

REFERÊNCIA	CONSUMO	NÚMERO DE AMOSTRAS			
		PARÂMETROS	EXIG. PORT. MS 2.914/11	ANÁLISES REALIZ.	ATENDEM A LEGIS
08/2014	01	TURBIDEZ	52	52	52
07/2014	02	COR APARENTE	52	52	36
06/2014	03	CLORO RESIDUAL	52	52	52
05/2014	02	COLIF. TOTAIS	52	52	38
04/2014	01	E. COLI	52	52	44
03/2014	08				
MEDIA:	03				

OBS.: (1) COLIFORMES TOTAIS AUSÊNCIA 95% DAS AMOSTRAS EXAMINADAS
(2) OS PARÂMETROS COLIFORMES TOTAIS, ESCHERICHIA COLI E CLORO RESIDUAL SÃO INDICADORES DAS CONDIÇÕES SANITÁRIAS DA ÁGUA
(3) OS PARÂMETROS COR E TURBIDEZ SÃO INDICADORES DAS CONDIÇÕES ASSOCIADAS AO ASPECTO VISUAL DA ÁGUA

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	CONSUMO	TOTAL(R\$)
AGUA		
COMERCIAL 1 UNIDADE(S)		
CONSUMO DE AGUA	3 M3	44,14
RELIGACAO 09/2014		9,02

PIS	44,14	1,65	0,73
COFINS	44,14	7,00	3,35

VENCIMENTO: 14/10/2014 TOTAL A PAGAR: 53,16

MENSAGEM:



DECLARAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS

12
R



VANDERLEI MIGUEL DA SILVA, brasileiro, portador da cédula de identidade nº 3.078.613, SSP/PB, cadastrado no CPF/MF sob o nº 11.807.417-30, residente e domiciliado na Rua Dr. Alcebiades, nº 315, Centro, Timbaúba, Pernambuco.

DECLARO, para os devidos fins de direito e quem possa interessar, com fundamento no art. 5º, inciso LXXVII da Carta Magna, e ainda com fulcro na Lei nº 1.060, de 05 de fevereiro de 1950, que estabelece as normas para a concessão de assistências judiciária aos necessitados, combinada com a legislação nº 7.115/83, e artigo 1º, parágrafo 2º do diploma legal nº 5.478/1968, que sou pobre na forma da lei e não tenho condições de arcar com as despesas e custas que advêm de um processo judicial, sem comprometer meus rendimentos.////////////////////

Recife/PE, 18 de dezembro de 2014.

Vanderlei Miguel da Silva



Gilberto Correia
ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA
OAB/PE 34.570

81 3631-2088 | 9540-1514
gilbertocorreia.advocacia@hotmail.com
Rua Marçal Emiliano Sabrinho, 87 - 1º andar - Centro - Timbaúba/PE



13
R**SINISTRO 2014638636 - Resultado de consulta por beneficiário**

VÍTIMA VANDERLEI MIGUEL DA SILVA

COBERTURA Invalidez

SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS

REGULADORA EDR Serviços Técnicos de Seguros Ltda / PE

BENEFICIÁRIO VANDERLEI MIGUEL DA SILVA

CPF/CNPJ: 11180741730

Posição em 03-12-2014 12:33:50

Indenização creditada em 27/08/2014, no valor de R\$ 1.687,50, em banco e conta de titularidade do beneficiário, conforme autorização de pagamento assinado pelo mesmo.





CERTIDÃO DE OCORRÊNCIA POLICIAL Nº. 89/2014

CERTIFICO, em razão do meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, que revendo os registros de ocorrências policiais deste órgão, revendo o Livro 01/2014, encontramos a ocorrência de nº 89/2014, que passamos a transcrever na íntegra: Aos dezoito (18) dias do mês de julho do ano de 2014 (dois mil e quatorze), nesta cidade de Salgado de São Félix, Estado da Paraíba e na Delegacia de Polícia Civil, presente João Amaro Gomes Filho, Delegado de Polícia Civil, comigo, Policial Civil atendente, ao final assinado e declarado, aí, por volta das 11h, compareceu **VANDERLEI MIGUEL DA SILVA**, com 29 anos de idade, nascido aos 19.11.1984, brasileiro, casado, natural de Mogeiro, Estado de Paraíba, Agricultor, filho de José Severino Miguel da Silva e de Maria Firmino da Silva, RG 3078613 SSP/PB, CPF 111.807.417-30, residente no Sítio Camurim - zona rural de Mogeiro/PB a qual passou a **NOTICIAR**:

Notícia que no dia vinte de junho de dois mil e treze (20.06.2013), por volta das 16h, vinha de carona, e ao passar no Distrito de Dois Riachos, sofreu um acidente, onde a motocicleta HONDA/CG 150 TITAN MIXES, de cor preta, Placa MOT-0623/PB, Chassi 9C2KC1620AR028655, era pilotada por um amigo, cuja moto encontra-se em nome de seu genitor o senhor JOSÉ SEVERINO MIGUEL DA SILVA, o noticiante sofreu fratura de clavícula; QUE foi socorrido para o Hospital Regional da cidade de Itabaiana/PB, em seguida transferido para o Hospital de Emergência e Trauma Dom Luiz Gonzaga Fernandes, na cidade de Campina Grande/PB.

Era o que continha dita ocorrência. Ciente o declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 (Falsidade Ideológica) do Código Penal Brasileiro, depois de lido e achado conforme, expeço a presente certidão. O referido é verdade, dou fé. Dado e passado nesta cidade de Salgado de São Félix/PB, aos dezoito dias do mês de julho de 2014 (Dois Mil e Quatorze), eu policial civil que digitei, assino.

Vanderlei Miguel da Silva

VANDERLEI MIGUEL DA SILVA
Noticiante

Hosana Correia de Moraes
HOSANA CORREIA DE MORAIS
Policial Civil - Mat. 69.838-5



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - PB Nº **011348087034**
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA COD. RENAVAM DATA DE EMISSÃO EXERCÍCIO
1 0020091521-5 00/00000000 2013

NOME
JOSE SEVERINO MIGUEL DA SILVA

CPF / CNPJ PLACA
21983747491 MOT0623/PB

PLACA ANT. / UF CHASSI
NOVO PB 9C2KC1620AR028655

ESPÉCIE TIPO COMBUSTÍVEL
PAS/MOTOCICLE/NAO APLIC ALCO/GASOL

MARCA / MODELO ANO FAB. ANO MOD.
HONDA/CG 150 TITAN MIXES 2010 2010

CAP. POT. / CIL. CATEGORIA COR PREDOMINANTE
2 P/149 /CI PARTIC PRETA

COTA ÚNICA VENC. COTA ÚNICA VENC. / COTAS
IPVA PAGO EM 22/10/2013 1ª

FAIXA I.P.V.A. PARCELAMENTO / COTAS 2ª
A ***** 0 3ª

PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$) IOF (R\$) PRÊMIO TOTAL (R\$) DATA DE PAGAMENTO
***** SEGURO P A G O 22/10/2013

OBSERVAÇÕES
REST. BEN. TRIBUTARIO

MOGEIR 392 23/10/2013 15180

EXPEDIDOR

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A PESSOAS TRANSPORTADAS OU NAO - SEGURO DPVAT

PB Nº 011348087034 - BILHETE DE SEGURO DPVAT

JOSE SEVERINO MIGUEL DA SILVA

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

21983747491 www.dpvatsegurodotransito.com.br 23/PB
SAC DPVAT 0800 022 1204

2013 23/10/2013

VIA JOSE SEVERINO MIGUEL DA SILVA PLACA

RENAVAM MARCA / MODELO

ANO FAB. DATA DE EMISSÃO Nº CHASSI
1 21983747491 MOT0623/PB

0020091521-5 HONDA/CG 150 TITAN M

PRÊMIO TARIFÁRIO

FNS (R\$) DENATRAN (R\$) CUSTO DO SEGURO (R\$)
2010 9 9C2KC1620AR028655

CUSTO DO BILHETE (R\$) IOF (R\$) TOTAL A SER PAGO PELO SEGURO (R\$)
***** SEGURO P A G O

PAGAMENTO DATA DE QUITAÇÃO
☐ COTA ÚNICA ☐ PARCELADO

SEGURADORA LÍDER - DPVAT
CNPJ 09.248.608/0001-04
www.seguradoralider.com.br
15180-1046473-20131023



76
B



SUS		ESTADO DA PARAÍBA - SECRETARIA DE SAÚDE		NATUREZA DA CONSULTA	
FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL				CONSULTA BÁSICA (PAB):	
				CONSULTA ESPECIALIZADA:	
ENTIDADE PRESTADORA DO ATENDIMENTO				PROCEDIMENTO	
CÓDIGO DA UNIDADE: 0023671 CNPJ/CPF: 06.778.268/0001-58 NOME: HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIS GONZAGA FERNANDES END.: AV. FLORIANO PEIXOTO, 4700 - MALVINAS MUNICÍPIO: CAMPINA GRANDE ESTADO: PARAÍBA UF: 25				<i>Consultas + Rx + Imagem + Pílula +</i> <i>+ Intenso + Reforço</i>	
PACIENTE:				TIPO DE ATENDIMENTO	
PRONTUÁRIO Nº: 0004143 NOME: VANDERLEI MIGUEL DA SILVA SEXO: MASCULINO IDADE: 21 PROFISSÃO: AGRICULTOR DOCUMENTO: 1078613 RG END.: SÍTIO CAMURIM DE MOSEIRO BAIRRO: ZONA RURAL MUNICÍPIO: ESTADO: PI CEP: 750940 DATA ATENDIMENTO: 24/12/2015 CÓDIGO DO MUNICÍPIO: 750940				☐ 01 - URGÊNCIA ☐ 02 - ACIDENTE NO LOCAL DE TRABALHO OU A SERVIÇO DA EMPRESA ☐ 03 - ACIDENTE NO TRAJETO PARA O TRABALHO ☐ 04 - OUTROS TIPOS DE ACIDENTE DE TRÂNSITO ☐ 05 - OUTROS TIPOS DE LESÕES E ENVENENAMENTO POR AGENTES QUÍMICOS E FÍSICOS	
RAÇA / COR:				MEDICAÇÃO	
() 1 - BRANCA () 2 - PRETA () 3 - ACIDENTE DE NAT. PAROA () 4 - AMARELA () 5 - INDÍGENA () 99 - SEM INFORMAÇÃO				☐ 1. PRESCRITA ☐ 2. APLICADA	
ENCAMINHAMENTO					
☐ OBSERVAÇÃO ☐ RESIDÊNCIA ☐ INTERNA ☐ OUTRO HOSPITAL ☐ ÓBITO ☐ OUTROS					
ANAMNESE E EXAME FÍSICO SUMÁRIOS:				SERVIÇOS REALIZADOS:	
<i>Suportar queda de altura</i> <i>do braço direito e ombro</i>				CÓDIGO / PROCEDIMENTO CBO IDADE 0503090120 225270 21	
EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE:					
TIPOS					
<i>Rx de braço</i> RESULTADOS					
MATERIAIS - MEDICAMENTOS E OUTROS RECURSOS				ASS. DO(S) PROFISSIONAL(A)S ASSISTENTE(S) - CARIMBO(S)	
1. 2. 3. 4. 5.				Dr. Patrão ASS. DO PACIENTE / ACOMPANHANTE DO RESPONSÁVEL RE OU PÉLEGAR DIREITO <i>Patrão Silva</i>	
DIAGNÓSTICO / CID: <i>Fratura clavícula</i>				ASS. DO REVISOR TÉCNICO (CARIMBO) ASS. DO REVISOR ADMINISTRATIVO	





ESTADO DA PARAÍBA - SECRETARIA DE SAÚDE		NATUREZA DA CONSULTA	
FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL		CONSULTA BÁSICA (PAB):	
		CONSULTA ESPECIALIZADA:	
ENTIDADE PRESTADORA DO ATENDIMENTO		PROCEDIMENTO	
CÓDIGO DA UNIDADE: 0023671 CNPJ/CPF: 08.778.268/0001-60			
NOME: HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIS GONZAGA FERNANDES			
END.: AV. FLORIANO PEIXOTO, 4700 - MALVINAS			
MUNICÍPIO: CAMPINA GRANDE ESTADO: PARAÍBA UF: 25			
PRONTUÁRIO Nº: 1020006		TIPO DE ATENDIMENTO	
PACIENTE:		01 - URGÊNCIA	
NOME: VANDERLEI MIGUEL DA SILVA SEXO: MASCULINO IDADE: 28.6		02 - ACIDENTE NO LOCAL DE TRABALHO OU A SERVIÇO DA EMPRESA	
PROFISSÃO: AGRICULTOR - (N) DOCUMENTO: 206959729490001.SUS		03 - ACIDENTE NO TRAJETO PARA O TRABALHO	
END.: SÍTIO CAMURIM DE MOGEIRO, BAIRRO: ZONA RURAL		04 - OUTROS TIPOS DE ACIDENTE DE TRÂNSITO	
MUNICÍPIO: MOGEIRO ESTADO: PB CEP: 250940		05 - OUTROS TIPOS DE LESÕES E ENVENENAMENTO POR AGENTES QUÍMICOS E FÍSICOS	
DATA ATENDIMENTO: 20/6/013 17:12h CÓDIGO DO MUNICÍPIO: 250940		MEDICAÇÃO	
RAÇA / COR: DATA NASCIMENTO: 19/11/1984 QUEIXAS: ACIDENTE DE MOTO		ENCAMINHAMENTO	
() 1 - BRANCA () 2 - PRETA () 3 - PARDAS		1. PRESCRITA	
() 4 - AMARELA () 5 - INDIGENA () 99 - SEM INFORMAÇÃO		2. APLICADA	
ANAMNESE E EXAME FÍSICO SUMÁRIOS:		ENCAMINHAMENTO	
Deram Vandelei Miguel da Silva		OBSERVAÇÃO	
EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE: TIPOS		RESIDÊNCIA	
RESULTADOS		OUTRO HOSPITAL	
MATERIAIS - MEDICAMENTOS E OUTROS RECURSOS		OBITO	
1.		OUTROS	
2.		SERVIÇOS REALIZADOS:	
3.		CÓDIGO / PROCEDIMENTO	
4.		CBC	
5.		DATA	
DIAGNÓSTICO CID: 626.6 clonidine 5		0301010072 225270	
(PACIENTE) 1		ASS. DO(S) PROFISSIONAL(A)S ASSISTENTE(S) - CARIMBO(S)	
		ASS. DO PACIENTE / ACOMPANHANTE OU RESPONSÁVEL	
		OU PÉLEGAR DIREITO	
		ASS. DO REVISOR TÉCNICO (CARIMBO)	
		ASS. DO REVISOR ADMINISTRATIVO	





GOVERNO
DA PARAÍBA

SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO

Hospital de Emergência e Trauma Dom Luís Gonzaga Fernandes

18
8



Ficha de Acolhimento

Nome:	Londreke Miguel do Siqueira		
End.:	Sítio Comunidade de Utopia		Bairro:
Data de Nascimento:	8/11/1989	Documento de Identificação:	
Queixa:	Acidose	Data do Atend.:	24/12/11 Hora: 1:30 Documento:

Classificação de Risco

Nível de consciência: ☒ Bom ☐ Regular ☐ Baixo	Aspecto: ☐ Calmo ☒ Fácies de dor ☐ Gemente
Frequência respiratória:	Frequência cardíaca:
Pressão arterial:	Temperatura axilar:
Dosagem de HGT:	Mucosas: ☐ Normocorada ☒ Pálida
Deambulação: ☐ Livre ☒ Cadeira de rodas ☐ Maca	

MOD. 110

Estratificação

- () Vermelho - atendimento imediato (☒) Amarelo - atendimento até 1 hora
() Verde - atendimento até 4 horas () Azul - atendimento ambulatorial

Ortopedista
Assinatura e carimbo do profissional





END.:
CNPJ: 08.776.288/0015-64

UNIDADE PRESTADORA DE SERVIÇOS
HOSPITAL REGIONAL DE ITABAIANA
BAIRRO: CENTRO MUNICÍPIO: ITABAIANA

UF: PB



COD. CMS: 684496

FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL

REGISTRO: 51556

HORA: 12:10

DADOS DO PACIENTE

NOME: VANDERLEI MIGUEL DA SILVA

MÃE: MARIA FIRMINO DA SILVA

CARTÃO SUS:

DOCUMENTO: 3078813

PROFISSÃO:

ENDEREÇO: SÍTIO CAMURIN,

MUNICÍPIO: MOGEIRO/

CÓDIGO IBGE:

DATA NASCIMENTO: 19/11/1984

SEXO Masculino IDADE: 28

TELEFONE: 81656096

BAIRRO:

CNS:

DATA ATENDIMENTO: 20/06/2013

MATERIAIS - MEDICAMENTOS E OUTROS RECURSOS

1	
2	
3	
4	

CARÁTER DO ATENDIMENTO

- ☐ 01 - Eletivo
☒ 02 - Urgência
☐ 03 - Acidente no local de trabalho ou a serviço da empresa
☐ 04 - Acidente no trajeto para o trabalho
☐ 05 - Outros tipos de acidente no trânsito
☐ 06 - Outros Tipos de lesões e envenenamento por agentes químicos ou físicos

PROCEDIMENTO - Descrição

ANAMNESE E EXAME FÍSICO (SUMÁRIO)

Paciente apresentando dor em região lombar após queda de moto

DIAGNÓSTICO

fratura

MEDICAÇÃO:
☒ PRESCRITA
☐ APLICADA

ENCAMINHAMENTO

☐ OBSERVAÇÃO ☐ RESIDÊNCIA ☐ OUTRO HOSPITAL
☐ INTERNAÇÃO ☐ ÓBITO ☐ OUTROS

SERVIÇOS REALIZADOS: CÓDIGO/PROCEDIMENTO

1- 0307060086
2- 0207060086
3- 0307060086

ASS. DO(S) PROFISSIONAL(AS) ASSISTENTE(S) - CARIMBO

CNS CBO CRM
ASS. DO PACIENTE/ACOMPANHANTE OU RESPONSÁVEL LEGAL DIREITO

ASS. DO REVISOR TÉCNICO - Carimbo ASS. DO REVISOR ADMINISTRATIVO - Carimbo

RESULTADOS

EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE (TIPOS)





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE SAÚDE
HOSPITAL REGIONAL DE ITABAIANA

Serviço Social 19



FICHA DE ENCAMINHAMENTO DE PACIENTES

Ficha Nº		Data:	20/06/13
Paciente:	Jandivali Miguel do Silveira		
Origem:	Hospital Regional de Itabaiana		
Solicitante:	Tatiana de S. Trigueiro	Clínica:	Médico

Motivos do Encaminhamento

Paciente 28 anos, apresentando dor em região lombar (D) após queda, sem vômitos. Ao exame X, fratura de costela direita.

ANICEIA OLIVEIRA
MÉDICA
CRM-PB 8457

Medicação administrada

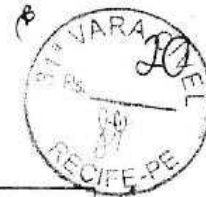
Encaminhamento para:





**GOVERNO
DA PARAÍBA**

SECRETARIA DE SAÚDE



HRI - HOSPITAL REGIONAL DE ITABAIANA

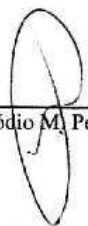
Paciente: Vanderlei Miguel da Silva

Idade: 28a

Data: 20/06/2013

RADIOGRAFIA DA CLAVÍCULA DIREITA

Sinais de fratura do terço médio da clavícula.


Dr. Methodio M. Pereira Diniz Filho CRM: 5730

Endereço: Avenida Deputado Adauto Pereira de Lima, s/n

Loteamento Nova Itabaiana – Itabaiana/PB

CEP: 58.360-000

Tel.: (83) 3281-2640 / Tel./Fax: (83) 3281-2156





 GOVERNO DA PARAÍBA SECRETARIA DE SAÚDE HOSPITAL REGIONAL DE ITAIBAIANA					REQUISIÇÃO / RESULTADO DE EXAME		
NOME: <u>VIANDIEIRIENI MIGUEL DA SILVA</u>						PRONTUÁRIO:	
IDADE:	SEXO:	COR:	PESO:	ALTURA:	CLÍNICA:	ENF:	LEITO:
<u>28a</u>	<u>M</u>						
DADOS CLÍNICOS:							
<u>Fratura</u>							
MATERIAL A EXAMINAR:							
EXAMES SOLICITADOS:							
<u>Rx de clavícula ①</u>							
<u>20, 06, 13</u>							
DATA				CARIMBO E ASSINATURA DO MÉDICO			

Aniceia Oliveira
MÉDICA
CRM-PB 8457





**GOVERNO
DA PARAÍBA**

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL REGIONAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA
DE CAMPINA GRANDE DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

NOME: VANDERLEI MIGUEL DA SILVA

DATA: 20 DE JUNHO DE 2013

EXAME: OMBRO DIREITO

FRATURA DA CLAVÍCULA.

Dr LUCIANO V. WANDERLEY
CRM 932





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Seção Especializada em Mutirões de Conciliações da Capital
Fórum Dês. Rodolfo Aureliano - 1º Andar ala norte - Joanna Bezerra - Recife/PE - CEP: 50090-700 - F: (81) 3181.0446



CONCLUSÃO

Nesta data faço estes autos conclusos à MM. Juíza de
Direito da Seção Especializada em Mutirões da Capital.

Recife, 18 de março de 2015.

Secretaria

DESPACHO

1. Insira o procedimento para pauta oportuna.

Recife, 18 de março de 2015.

Luzicleide Maria Muniz Vasconcelos
Juíza Coordenadora





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Seção Especializada em Mutirões da Capital

Fórum Rodolfo Aureliano - 1º Andar Hall Monumental, s/nº - Joana Bezerra, Recife/PE - F: (81) 3181-0446

TERMO DE SESSÃO DE MEDIAÇÃO/CONCILIAÇÃO



NPU: 0000751-14.2015.8.17.0001

Vara: CCMA

Tipo:

Acordo

x

Não acordado

Demandante: VANDERLEI MIGUEL DA SILVA

CPF nº: 111807417-30

Representante:

CPF nº:

Advogado(a): GILBERTO CORREIA DA SILVA FILHO

OAB nº: 34570

Demandada: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT

Prepostos: Fernanda Pinto da Costa Diniz - CPF nº 118.620.727-28, Leila Márcia Nogueira da Costa Caires - CPF nº 034.062.507-42, Daniela Castro - CPF nº 088.398.387-75, Antônio Menezes - nº 124.159.127-00, Danielle Oliveira - CPF nº 096.130.537-19 e Matheus Mlhazes, CPF 120.871.687-50.

Advogado(a): MARIA GABRIELA DE SOUSA OLIVEIRA

OAB nº: 32437

Conciliador(a): Anna Carolina Arruda H. alencar

GC ADVOCACIA

Aos, 18 de março de 2015, feito o pregão na presença da MM. Juíza de Direito Dra. Luzicleide Maria Muniz Vasconcelos, deu-se por aberta a audiência de conciliação, na qual compareceram o Demandante, já qualificado, a Empresa Demandada, já qualificada, representada pelos prepostos indicadas acima.

ABERTA A AUDIÊNCIA, após ser a parte autora submetida a exame, de acordo com os médicos-peritos conforme LAUDO DE VERIFICAÇÃO E QUANTIFICAÇÃO DE LESÕES PERMANENTES em anexo:

As partes não chegaram a um acordo, pelo seguinte motivo:

0

A parte Demandada não apresentou proposta de acordo uma vez que o Autor, questionado, afirmou residir no Estado da Paraíba, local também da ocorrência do sinistro, tornando o estado de Pernambuco incompetente para julgar a ação.

Diante disso, amparada no que prescreve o artigo 2º, inciso II da Instrução Normativa nº 08, de 28/08/2013, publicada no DO em 30/08/2013, resolvo, na condição de Juíza Coordenadora desta Seção de Mutirões, determinar a devolução dos autos, ao Setor de Distribuição do Foro para a distribuição regular à vara competente, mediante protocolo.

Registro ainda que a presença da demandada em audiência não tem efeito citatório, vez a presente fase é pré-processual, ficando assim desconsiderado qualquer menção neste sentido em ata de audiência.

Encerrado o presente Termo, assinado pelas partes presentes.

Recife, 18 março 2015

Luzicleide Maria Muniz Vasconcelos
Juíza Coordenadora

Anna Carolina Arruda H. alencar

JOAVANCE SEVERINO DA SILVA

Vanderlei Miguel da Silva
Demandante

Gilberto Correia da Silva Filho
Advogado do Demandante
OAB/PE 34570

Matheus Mlhazes
Seguradora Líder
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT

Maria Gabriela de Sousa Oliveira
Advogada da Seguradora Líder
OAB/PE 32.437



• INFORMAÇÕES DA VÍTIMA

• Escr.: GC ADVOCACIA

1

26



Nº do Processo: 0000751-14.2015.8.17.0001

Nome completo: VANDERLEI MIGUEL DA SILVA

CPF: 11180741730

Vara: CCMA

Endereço completo: Vanderlei Miguel da Silva

Laudo de Verificação e Quantificação de Lesões Permanentes

Informações do acidente

Local do acidente:

DOIS RIACHOS/PB

Data do Acidente: 20/06/2013

Avaliação

I) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusiva decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

a) ☒ Sim

b) ☐ Não

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s)

Trat. Clavícula

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

Trat. Complicação

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

a) ☐ Sim

b) ☒ Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

a) ☐ disfunções apenas temporárias

b) ☒ dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da Vítima.

Don't know

V) Em virtude da evolução da lesão e/ou de tratamento, faz-se necessário exame complementar?

a) ☐ Sim, em que prazo: _____

b) ☒ Não

Em caso de enquadramento na opção "a" do item IV ou de resposta afirmativa ao item V favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados

VI) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mas susceptível(is) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, firmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

a) ☐ Total (Dano anatômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da vítima.

b) ☒ Parcial (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da vítima.



INFORMAÇÕES DA VÍTIMA

b.1) ☐ Parcial Completo (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da Vítima).

b.2) ☒ Parcial Incompleto (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da Vítima).

b.2.1) Informar o grau de incapacidade definitiva da Vítima, segundo o previsto na alínea II, § 1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento Anatômico

Marque aqui o percentual

1ª Lesão

☐ 10% Residual ☒ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

2ª Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

3ª Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

4ª Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

Observação: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:

Data da realização do exame médico legal:

18/3/15

Espaço para assinatura do médico legista perito

Luiz Henrique Peregrino Baudel
Médico Perito
CRM - 9028

Informações Complementares

SAUDESEG
Dr. Leonardo Neves
CRM-PE 17742





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Seção Especializada em Mutirões de Conciliações da Capital
Fórum Dês. Rodolfo Aureliano - 1º Andar ala norte - Joanna Bezerra - Recife/PE - CEP: 50090-700 - F: (81) 3181.0446



CONCLUSÃO

Nesta data faço estes autos conclusos à MM. Juíza de Direito da Seção Especializada em Mutirões da Capital.

Recife, 18 de março de 2015.

Secretaria

DESPACHO

R.H.

1. Manuseando os autos observo que a via conciliatória não logrou êxito, conforme ata acostada aos autos;
2. Desta feita, amparada no que prescreve o artigo 2º, inciso II da Instrução Normativa nº 08, de 28/08/2013, publicada no DO em 30/08/2013, resolvo na condição de Juíza Coordenadora desta Seção de Mutirões determinar a devolução dos autos, ao setor de distribuição a vara competente, mediante protocolo;
3. Registro ainda que a presença da demandada em audiência não tem efeito citatório, vez a presente fase é pré-processual, ficando assim desconsiderado qualquer menção neste sentido em ata de audiência.

Recife, 18 de março de 2015.

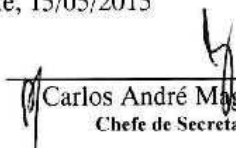
Luzicleide Maria Muniz Vasconcelos
Juíza Coordenadora





CERTIDÃO

Certifico que, nesta data, registrei o presente feito no livro de tombo nº 01, sob o nº **0000751-14.2015.8.17.0001**. O referido é verdade. Dou fé.
Recife, 15/05/2015

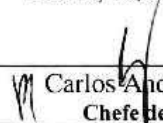

Carlos André Magalhães de Souza
Chefe de Secretaria Substituto.

0000751-14.2015.8.17.0001

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos a Dra. Juíza de Direito da Trigésima Primeira Vara Cível por distribuição.

Recife, 15/05/2015


Carlos André Magalhães de Souza
Chefe de Secretaria Substituto.





Estado de Pernambuco
Poder Judiciário



PROCESSO Nº 751-14.2015

1. Inicialmente, tendo em vista a declaração de fl. 11, defiro o benefício da assistência judiciária gratuita.

2. Cite-se a parte ré na forma pleiteada para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar defesa escrita, consignando no respectivo instrumento citatório a advertência a que se refere o art. 285 do CPC.

3. Se requerida, e havendo excepcional necessidade, autorizo a prática do ato nos domingos e feriados, ou nos dias úteis, fora do horário estabelecido no art. 172 do CPC, observado o disposto no art. 5.º, inciso XI, da Constituição Federal.

Recife, 19 de maio de 2015.

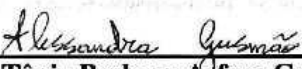
Demócrito Reinaldo Filho
Juiz de Direito em exercício cumulativo





PUBLICAÇÃO

Certifico que o Despacho de fl(s).
28 foi publicado na pauta nº
140/2015, no Diário de Justiça Eletrônico
do Poder Judiciário de Pernambuco do dia
27/05/2015, que adiante se vê. Dou fé.
Recife, 27/05/2015.


/ **Tânia Bechara Assfora Galvão**
Chefe de Secretaria





Pela presente, ficam as partes e seus respectivos advogados e procuradores, intimados dos DESPACHOS proferidos, por este JUÍZO, nos processos abaixo relacionados:

Processo Nº: 0043318-94.2014.8.17.0001

Natureza da Ação: Procedimento ordinário

Autor: DILMA MARIA DE SOUZA

Advogado: PE029143 - Diego Medeiros Papariello

Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Despacho: Inicialmente, tendo em vista a declaração de fl. 08, defiro o benefício da assistência judiciária gratuita. 2. Cite-se a parte ré na forma pleiteada para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar defesa escrita, consignando no respectivo instrumento citatório a advertência a que se refere o art. 285 do CPC. 3. Se requerida, e havendo excepcional necessidade, autorizo a prática do ato nos domingos e feriados, ou nos dias úteis, fora do horário estabelecido no art. 172 do CPC, observado o disposto no art. 5.º, inciso XI, da Constituição Federal. Recife, 18 de maio de 2015. Demócrito Reinaldo Filho Juiz de Direito em Exercício Cumulativo

Processo Nº: 0026551-78.2014.8.17.0001

Natureza da Ação: Procedimento ordinário

Autor: Sandoval Ferreira da Silva

Advogado: PE018789 - VIVIANE EVANGELISTA DE SOUZA ALVES

Réu: Empresa Federal de Seguros S.A

Despacho: 1. Inicialmente, tendo em vista a declaração de fl. 08, defiro o benefício da assistência judiciária gratuita. 2. Cite-se a parte ré na forma pleiteada para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar defesa escrita, consignando no respectivo instrumento citatório a advertência a que se refere o art. 285 do CPC. 3. Se requerida, e havendo excepcional necessidade, autorizo a prática do ato nos domingos e feriados, ou nos dias úteis, fora do horário estabelecido no art. 172 do CPC, observado o disposto no art. 5.º, inciso XI, da Constituição Federal. Recife, 18 de maio de 2015. Demócrito Reinaldo Filho Juiz de Direito em exercício cumulativo

Processo Nº: 0000751-14.2015.8.17.0001

Natureza da Ação: Procedimento ordinário

Autor: Vanderlei Miguel da Silva

Advogado: PE034570 - GILBERTO CORREIA DA SILVA FILHO

Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Despacho: 1. Inicialmente, tendo em vista a declaração de fl. 11, defiro o benefício da assistência judiciária gratuita. 2. Cite-se a parte ré na forma pleiteada para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar defesa escrita, consignando no respectivo instrumento citatório a advertência a que se refere o art. 285 do CPC. 3. Se requerida, e havendo excepcional necessidade, autorizo a prática do ato nos domingos e feriados, ou nos dias úteis, fora do horário estabelecido no art. 172 do CPC, observado o disposto no art. 5.º, inciso XI, da Constituição Federal. Recife, 19 de maio de 2015. Demócrito Reinaldo Filho Juiz de Direito em exercício cumulativo

Processo Nº: 0042299-53.2014.8.17.0001

Natureza da Ação: Procedimento ordinário

Autor: Janaina Maria da Silva

Advogado: RN009822 - Dartwn Wamberto B. Sales

Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT S/A

Despacho: Inicialmente, tendo em vista a declaração de fl. 13, defiro o benefício da assistência judiciária gratuita. 2. Cite-se a parte ré na forma pleiteada para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar defesa escrita, consignando no respectivo instrumento citatório a advertência a que se refere o art. 285 do CPC. 3. Se requerida, e havendo excepcional necessidade, autorizo a prática do ato nos domingos e feriados, ou nos dias úteis, fora do horário estabelecido no art. 172 do CPC, observado o disposto no art. 5.º, inciso XI, da Constituição Federal. Recife, 18 de maio de 2015. Demócrito Reinaldo Filho Juiz de Direito em Exercício Cumulativo

Processo Nº: 0060089-50.2014.8.17.0001

Natureza da Ação: Procedimento ordinário





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Trigésima Primeira Vara Cível da Capital - SEÇÃO A

Forum Desembargador Rodolfo Aureliano - AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, s/nº - Ilha Joana Bezerra
Recife/PE CEP: 50080900 Telefone: - Email: - Fax:

CARTA DE CITAÇÃO

Processo nº: 0000751-14.2015.8.17.0001

Classe: Procedimento ordinário

Expediente nº: 2015.0752.000440

CÓPIA

Partes: Autor Vanderlei Miguel da Silva

Advogado GILBERTO CORREIA DA SILVA FILHO

Réu SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Ilmo(a). Sr(a).:

SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Endereço: RUA SENADOR DANTAS, Nº74, 5º ANDAR, CENTRO, Rio de Janeiro/RJ, CEP.: 20031205.

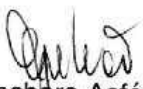
Através da presente, fica V.Sa. **citado**, para o fim declarado no item abaixo, conforme nos autos:

(X) Oferecer contestação, sob pena de se presumirem verdadeiros os fatos alegados pela parte autora na sua petição inicial - Art. 285, CPC (parte final).

Despacho: "1. Inicialmente, tendo em vista a declaração de fl. 11, defiro o benefício da assistência judiciária gratuita. 2. Cite-se a parte ré na forma pleiteada para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar defesa escrita, consignando no respectivo instrumento citatório a advertência a que se refere o art. 285 do CPC. 3. Se requerida, e havendo excepcional necessidade, autorizo a prática do ato nos domingos e feriados, ou nos dias úteis, fora do horário estabelecido no art. 172 do CPC, observado o disposto no art.5.º, inciso XI, da Constituição Federal. Recife, 19 de maio de 2015. **Demócrito Reinaldo Filho Juiz de Direito em exercício cumulativo**".

Recife (PE), 27/05/2015.

Atenciosamente,


Tânia Bechára Asfóra Galvão
Chefe de Secretaria





JUNTADA

Nesta data, junto aos presentes autos
a petição sob o exp.m: 001.2015.0196.0183532
que adiante se vê. Dou fé.

Recife, 22 de junho de 2015.


TÂNIA BECHARA ASFORA GALVÃO
CHEFE DE SECRETARIA



**JOÃO BARBOSA Advogados Associados**

João Barbosa
João Martins
Rafaela Barbosa
Joselaine Maura
Fernando Barbosa
Adriana Moura
Amanda Maia

Caroline Mançano
Cristiane Flosi
Cristina Ferreira
Diego Silva
Elisama Silva
Evelyn Castillo
Fellipe Carvalho

Isabel Chagas
Jessica Correa
Marcos Carmo
Noemia Teixeira
Osmar Aquino
Paloma Oliveira
Paulo Silva

Roberto Costa
Taisa Silva
Tamires Farias
Tiago Leão
Walter Araújo

Assistentes jurídicos
Breno Azambuja
Carlos Eduardo
Kellen Drummond
Lohan Mota
Michael Cunha
Rita Nogueira
Roberta Oliveira

EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 31ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL - SEÇÃO A / PE

**PROCESSO COM QUITAÇÃO
ADMINISTRATIVA:**

PROCESSO N. 751-14.2015.8.17.0001

Lesão: OMBRO DIREITO 75%
Valor pago: R\$ 1.687,50.

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresa seguradora com sede à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ - CEP 20031-205, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seu advogado que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **VANDERLEI MIGUEL DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, a presença de V. Exa. apresentar sua

C O N T E S T A Ç Ã O

Consoante as razões de fato e de direito que passa a expor:

DOS FATOS ALEGADOS NA PEÇA VESTIBULAR

Alega a parte autora que foi vítima de acidente automobilístico, ocorrido em 20/06/2013, e que, em virtude disso, alega uma suposta invalidez permanente, face a lesão sofrida.

Aduz também que recebeu pagamento na esfera administrativa no valor de R\$ 1.687,50, inerente a indenização do seguro DPVAT, mas ainda assim ingressou com a presente demanda, pleiteando a diferença que entende devida, na monta de R\$ 11.821,50.

Ocorre que, a pretensão autoral não deve prosperar pelas razões que serão trazidas a seguir.





DA REALIDADE DOS FATOS

Inicialmente, cabe ressaltar que não pode a parte autora pretender receber a integralidade da indenização decorrente do Seguro DPVAT se não comprovar estar total e permanentemente inválido.

Certo é que, não foram carreados aos autos documentos que comprovem ser a invalidez total, o que afasta a complementação pretendida.

Veja Exa. que, após a realização da perícia foi apurado lesão permanente em um dos ombros, prejudicando a mobilidade de tal membro no percentual de 75%, e não integralmente como alegado pelo autor.

Imperioso assim dizer que, a pretensão autoral destoa até mesmo do preceituado na súmula 474, do Superior Tribunal de Justiça, a qual transcreve-se:

"A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez."

Desta forma, resta claro que a parte autora ignorou a tabela de graduação, prevista na Lei 6.194/74, pugnando assim para que este douto Juízo a observe, dirimindo a lide.

MÉRITO

DA LEI N° 11.945/2009

ESTABELECIMENTO DE PERCENTUAIS INDENIZATÓRIOS

O ponto crucial posta a exame perante este Tribunal se traduz no questionamento quanto ao valor da indenização devida às vítimas de acidente automobilístico coberto pelo seguro obrigatório - DPVAT, nos casos de invalidez permanente.

Mister destacar ao ilustre Magistrado a edição da Medida Provisória n° 451/08, atualmente convertida na Lei n° 11.945/2009, em vigência desde 15 de dezembro de 2008, que alterou o texto dos arts. 3° e 5° da Lei n° 6.194/74 em seu art. 31, assim como anexou tabela à aludida Lei, estabelecendo percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais.

A Lei n° 11.945/2009 tem o fito de colocar fim à discussão acerca da validade ou não da utilização tabela de Normas de Acidentes Pessoais, que, dentre suas disposições, estipulou



expressamente que a mesma deverá ser utilizada para efeito de pagamento da cobertura por invalidez contemplada na Lei 6.194/74, de modo que se impõe o acolhimento da presente tese.



Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

Para melhor visualização da questão, seguem dispositivos da referida Lei:

"Art. 31. Os arts. 3o e 5o da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3o Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2o desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

§1o No caso da cobertura de que trata o inciso II, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista na alínea "a", procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da



37
36
31ª VARA CÍVEL
e cinco
circunsção
média



Assim, caso Vossa Excelência entenda pelo acolhimento do pleito autoral, há de ser ressaltado que a parte autora não faz jus a verba indenizatória integral, referente à indenização de seguro DPVAT, visto tratar-se o caso vertente de invalidez parcial, acrescentando a ré que o entendimento do Superior Tribunal de Justiça é em consonância com o art. 5º, §5º da lei 6.194/74, da onde se depreende que o laudo pericial deverá ser apresentado para fins de indicar o grau e percentual da invalidez para fins indenizatório.

Desta forma, a Legislação é clara ao dispor que em casos de invalidez permanente, o pagamento será em conformidade com o grau de invalidez apurado.

Ora, Ilustre julgador, basta apenas conferir os documentos adunados pela parte Autora que, logo se concluirá pela improcedência do pedido inicial, e na hipótese remota de acolhimento do pedido inicial, de plano se afasta a possibilidade de pagamento integral, haja vista não haver nos autos qualquer documento que comprove que alguma extensão dos danos que corresponda ao grau total, ou seja, a repercussão na íntegra do patrimônio físico, para que assim, pudesse ter respaldo o requerimento de indenização no valor máximo indenizável.

Neste sentido, o Superior Tribunal de Justiça recentemente editou a Súmula 474 pacificando que no caso de invalidez a indenização do Seguro Obrigatório Dpvat deverá ser paga em conformidade com o grau da invalidez da vítima, vejamos:

"Súmula 474 STJ: A indenização do Seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

Ressalta-se, por oportuno, que a graduação é aplicável em todos os casos de invalidez, independentemente da data do acidente, ou da lei em vigor à época do acidente, visto que, conforme pacificado pelo Superior Tribunal de Justiça, não faria sentido o Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74 dispor as quantificações das lesões se esse dado não refletisse na indenização paga, *in verbis*:

"DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL. TABELA. Trata-se de ação de indenização decorrente de seguro DPVAT proposta, na origem, pelo





recorrente para reparação de invalidez permanente (membro inferior esquerdo) em consequência de acidente de trânsito datado de 1999. Discute-se, no REsp, se é válida a fixação de tabela de redução do pagamento da indenização decorrente do DPVAT com fundamento em invalidez permanente parcial. A Min. Relatora destacou que o recorrente insurge-se contra a redução da tabela, com fundamento no art. 3º da Lei n. 6.194/1974, em vigor à época dos fatos; hoje, a redação dessa norma foi modificada pela Lei n. 11.482/2007, porém ela não tem pertinência neste julgamento. Também ressaltou que a redação original do art. 5º, § 5º, da citada lei disciplinava que o instituto médico legal da jurisdição do acidente também quantificaria as lesões físicas ou psíquicas permanentes para fins de seguro previsto na lei, em laudo complementar, no prazo médio de 90 dias do evento, de acordo com os percentuais da tabela das condições gerais de seguro de acidente suplementada nas restrições e omissões pela tabela de acidentes do trabalho e da classificação internacional de doenças. Logo, explicitou que não faria sentido a citada lei dispor as quantificações das lesões se esse dado não refletisse na indenização paga. Dessa forma, concluiu que é válida a utilização da tabela de redução do pagamento da indenização decorrente do seguro DPVAT em caso de invalidez parcial e que o pagamento desse seguro deve observar a respectiva proporcionalidade. Precedente citado: REsp 1.119.614-RS, DJe 31/8/2009. REsp 1.101.572-RS, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 16/11/2010."

Assim, observa-se que inexistente qualquer direito de indenização total a parte autora, sendo incabível qualquer indenização integral, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.





DA EVENTUAL CONDENAÇÃO

É incontroverso, como já se demonstrou que a parte autora recebeu na esfera administrativa o pagamento da indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT a que fazia jus, de acordo com o percentual legal a ser aplicado diante da lesão apresentada.

A parte Ré informa que os valores foram apurados em perícia realizada em sede administrativa de acordo com a Tabela acrescentada pela MP 451/2008.

ANEXO

(Incluído pela Medida Provisória nº 451, de 2008).

(art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974)

Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	Percentual da Pe
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursam com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfincteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonomia	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos, retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis, de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Percentuais das Perdas
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	Percentuais das Perdas
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10



41
31^a VARA CHEL
40
anente
mo
de
a de

Lesão no OMBRO DIREITO: 75% (lesão intensa conforme laudo pericial) x 25% (tabela anexa à Lei 11.945/09) x R\$ 13.500,00 (limite máximo) = R\$ 2.531,25.

Assim, em caso de eventual condenação, esta deverá se limitar a R\$ 843,75, tendo em vista o pagamento administrativo efetuado no valor de R\$1.687,50.

Com relação aos juros moratórios, bem como a correção monetária, em caso de eventual condenação, o que definitivamente não espera, é curial que seja analisada questão acerca da data de início da contagem dos respectivos. O *dies a quo* para o cômputo dos juros moratórios deve ser a data da citação para responder aos termos da presente ação, como pode se ver no art. 405 do Código Civil, senão vejamos:

"Art. 405 Contam-se os juros de mora desde a citação inicial."

Ainda sobre a incidência dos juros de mora, imperioso se faz transcrever a súmula 426, do STJ:

"Os juros de mora nas ações de seguro DPVAT fluem a partir da citação."

Com relação à correção monetária é curial que seja analisada a questão na forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação, senão vejamos:

"art. 1°

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação."



42
31ª VARA CÍVEL
41
Fls. _____
- O-SP, 01/11
tiago, 01/11
etária, 01/11
CÍVEL-PE





Ademais, a ré em momento algum agiu com intuito protelatório, muito menos de má-fé, agiu tão- somente em consonância com a legislação em vigor que autoriza o pagamento da indenização por invalidez parcial em conformidade com a gravidade e graduação das lesões apresentadas.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios sejam arbitrados na monta de 10% (dez por cento).

CONCLUSÃO

Por todo exposto, requer:

- I. O acolhimento das teses expostas, por demonstrar a Ré o total descabimento da presente demanda, julgando **TOTALMENTE IMPROCEDENTE** o pedido da parte autora, nos exatos termos do artigo 269, inciso I, CPC, ante a quitação outorgada em conformidade com a lesão apresentada, nos termos da legislação vigente e a ausência de provas hábeis a afastar a qualificação e quantificação da lesão apresentadas pela ré na esfera administrativa.
- II. Em caso de condenação da ré, o que não se espera, requer que:
 - a) Seja respeitada a graduação especificada pela lei 11.945/09, bem como a aplicação de Súmula 474 STJ;
 - b) os juros moratórios sejam calculados a partir da citação válida;
 - c) a correção monetária a partir do ajuizamento da demanda e os honorários advocatícios não ultrapassem a monta de 10 % (dez por cento).

Protesta, ainda, por todo o gênero de provas admitido em direito, especialmente documental suplementar e depoimento pessoal do autor, sob pena de confissão.

Para fins do exposto no artigo 39, inciso I, do Código de Processo Civil, fornece-se o endereço Rua Quarenta e Oito, 138 - Espinheiro, Recife/PE - CEP: 52020-060.



Por derradeiro, requer a Contestante seja observado o nome do advogado, **João Alves Barbosa Filho**, OAB/PE 4246 para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas.



Nestes Termos,
Pede Deferimento.

RECIFE, 17 de Junho de 2015.

João Barbosa
OAB/PE 4246


ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR
OAB 30225/PE

Rua São José nº 90 grupo 810 a 812 Centro Rio de Janeiro/RJ Cep: 20010-020
PABX: 21-3265-5600 FAX: 21-3265-5622/3265-5628
corporativo@joaobarbosaadvass.com.br





QUESITOS DA PERÍCIA MÉDICA

1 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima teve algum tipo de incapacidade laborativa ou funcional decorrente do acidente narrado na inicial.

2 - É suscetível de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica?

3 - Em relação à lesão, se existente, a mesma foi temporária ou permanente?

4- Caso permanente, informar qual(is) segmentos corporais afetado(s), de acordo com a Tabela instituída pela Lei 11945/2009, ora anexada.

4 - Quando à repercussão corporal respondida no quesito anterior, a incapacidade do membro(s) foi total ou parcial?

5 - Se parcial, qual a graduação da repercussão de cada membro incapacitado, tendo em vista o estabelecido no art. 3º, §1º, I e II da Lei 6194/74? (75% para as perdas de repercussão intensa, 50% para as de média repercussão, 25% para as de leve repercussão, ou 10%, nos casos de sequelas residuais).

5 - Queira o Sr. Perito informar se o tempo de incapacidade laborativa do Autor foi lançada em sua Carteira Profissional (CTPS), ou se existe alguma outra prova oficial da existência da mesma.

6 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

Rua São José nº 90 grupo 810 a 812 Centro Rio de Janeiro/RJ Cep: 20010-020
PABX: 21-3265-5600 FAX: 21-3265-5622/3265-5628
corporativo@joaobarbosaadvass.com.br





SUBSTABELECIMENTO

JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o nº 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**, inscrito na OAB/PE sob o nº 30225, com escritório na RUA 48, 138 - ESPINHEIRO - RECIFE - PE - CEP: 52020-060, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A** e **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **VANDERLEI MIGUEL DA SILVA**, em curso perante a 31ª Vara Cível da comarca de RECIFE/PE, nos autos do Processo nº 7511420158170001.

Rio de Janeiro, 17 de junho de 2015.

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO - OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819



R. Senador Dantas 74, 5º andar
Centro - Rio de Janeiro - CEP 20031-205
Tel 21 3861-4600
www.seguradoralider.com.br



Seguradora Líder - DPVAT



PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, e por seu Diretor de Relações Institucionais, **JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 836.366 expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 174.562.157-15, nomeia e constituem seus bastantes procuradores, **Drs. JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PE nº 4.246; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819, CPF 098.884.617-96; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, solteira, OAB/RJ 140.522, CPF 071.463.857-95; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, solteiro, OAB/RJ 152.629, CPF 089.027.257-31; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681, CPF de número 010.766.304-05. Escritório situado a Rua São José, 90, grupos 810/812, Centro, Rio de Janeiro, RJ- CEP 20.010-020, tel.: (21) 3265-5600. TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/A, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 447 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive subestabelecer, tudo com o fim específico de promover a

Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro



R. Senador Dantas 74, 5º andar
Centro - Rio de Janeiro - CEP 20031-205
Tel 21 3861-4600
www.seguradoralider.com.br



Seguradora Líder - DPVAT



defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2014.

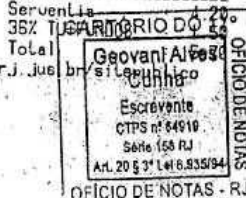
MARCELO DAVOLI LOPES

JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9800
Reconheço por semelhança a firma de MARCELO DAVOLI LOPES
(X00000000388)

Rio de Janeiro, 14 de março de 2014. Conf. por:
Em testemunho da verdade.

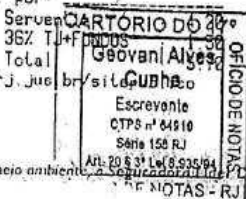
Geovani Alves Cunha - Aut.
EACH-57192 UFL Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/silepublico>



17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9800
Reconheço por semelhança a firma de JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON
(X00000000388)

Rio de Janeiro, 14 de março de 2014. Conf. por:
Em testemunho da verdade.

Geovani Alves Cunha - Aut.
EACH-57194 BDV Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/silepublico>

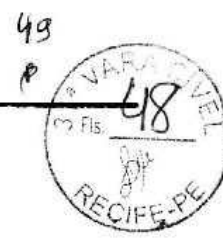


Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.





SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04



**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 2013**

DATA, HORA E LOCAL: Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de setembro de 2013, às 16:30 horas, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ.

CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 18 de setembro de 2013.

PRESEÇA: Presentes os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Casimiro Blanco Gomez, Antônio Eduardo Marques de Figueiredo Trindade, Bernardo Dieckmann, Francisco Alves de Souza, Hélio Hiroshi Kinoshita, Jabis de Mendonça Alexandre, José Carlos Lyrio Rocha, Julio Cezar Alves de Oliveira, Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti, Paulo de Oliveira Medeiros, Rosana Techima Salsano, respectivamente Presidente, Vice-Presidente, e os demais conselheiros do Conselho de Administração. Presentes Leandro Evangelista Poli e Sérgio Wilson Ramos Junior, conselheiros eleitos, sem voto porque ainda não homologados. Presentes também os conselheiros suplentes Eli Nunes de Alcantara Bezerra, Jorge Carvalho, Jorge de Souza Andrade e Sidney Maury Sentoma, que, como os presentes respectivos conselheiros titulares, compareceram à reunião sem direito a voto. Presentes ainda Ricardo de Sá Acatauassú Xavier, José Márcio Barbosa Norton, Marcelo Davoli Lopes, Claudio Mendes Ladeira e Marcus Vinícius Cataldo de Felipe, respectivamente Diretor Presidente e os demais diretores da Companhia.

MESA DE TRABALHO: Presidente: Luiz Tavares Pereira Filho; Secretário: André Leal Faoro.

ORDEM DO DIA: (i) Eleição dos membros da Diretoria Executiva; (ii) Ratificação das designações específicas dos membros da Diretoria Executiva; e (iii) Assuntos Gerais.

DELIBERAÇÕES TOMADAS: (i) Os membros do Conselho deliberaram, por unanimidade, reeleger os senhores RICARDO DE SA ACATAUASSÚ XAVIER, brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade no. 03.891.764-7, expedido pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o no. 728.150.517-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro como Diretor-Presidente da Companhia; JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade no. 836.366, expedido pelo SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 174.562.157-15, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; MARCELO DAVOLI LOPES, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade no. 019842307-X, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o no. 132.870.808-06, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; CLAUDIO MENDES LADEIRA, brasileiro, solteiro, securitário, titular do documento de identidade nº 06766244-5, expedido pelo IFPP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 912.422.907-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica e MARCUS VINÍCIUS CATALDO DE FELIPPE, brasileiro, casado, engenheiro civil, titular do documento de identidade no. M-1.777.953, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 521.462.436-00, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia. Os diretores eleitos terão mandato de 11 de outubro de 2013 até o dia 10 de outubro de 2014, permanecendo no cargo até a investidura de novos administradores. Os Diretores ora eleitos declaram que não estão incurso em nenhum crime que o impeçam de desempenhar atividade mercantil e, ainda, não estarem inabilitados para tanto, nos termos da lei. Os Diretores eleitos declaram, por fim, que preenchem os requisitos previstos na legislação em vigor, em especial os constantes das Resoluções nº 65/2001 e 136/2005, ambas do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. A remuneração do

Certidão da Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 25 de setembro de 2013
Página 1 de 2

SW





50 R

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Faria OLIVEIRA
Rua do Carmo 53 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2400-6000
CNPJ nº 06.940.111/0001-90
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do
original que foi apresentado. Cod: XXXXXXXBBB. Cont. por:
Rio de Janeiro, 20 de maio de 2014.
Serventia : 4,35
36% TJ+FUNDO : 1,53
Total : 5,86
Geovani Alves Dória - Aut.
EADW-S7233 AFJ Consulte em <https://www.tjrj.jus.br/sitepublico>





2630491

diretor observará o limite global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 27 de março de 2013; (ii) Os conselheiros deliberaram, por unanimidade, reafirmar as designações específicas dos diretores responsáveis perante a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, da seguinte forma: (a) Marcus Vinicius Cataldo de Felipe: diretor responsável administrativo-financeiro e diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; (b) José Márcio Barbosa Norton: diretor responsável pelo relacionamento com a SUSEP; (c) Marcelo Davoli Lopes: diretor responsável pelo cumprimento do disposto na lei nº 9.613/98, na Circular SUSEP nº 445/2012 e nas demais regulamentações complementares e diretor responsável pelos controles internos; (d) Cláudio Mendes Ladeira: diretor responsável técnico pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento dos procedimentos atuariais previstos nas normas em vigor junto à SUSEP e diretor responsável pela prevenção de fraudes. As designações específicas deverão ser ratificadas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. As designações específicas deverão ser ratificadas pelos acionistas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. Os conselheiros presentes declaram, expressamente, que foram observadas as disposições legais atinentes à convocação, quórum de instalação e deliberação para esta reunião. Os conselheiros e os diretores ora reeleitos declaram inexistir parentesco, até o terceiro grau, entre administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como declaram que os integrantes do referido órgão estatutário não integram o quadro de empregados da Companhia; e (iii) Os membros do Conselho de Administração nada discutiram a título de assuntos gerais.

VALIDADE DAS DELIBERAÇÕES: Os membros do Conselho de Administração da Companhia e os membros da Diretoria ora reeleitos declaram estar cientes de que as deliberações havidas nesta reunião estão condicionadas à homologação pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes. Assinaturas: (ass.) Luiz Tavares Pereira Filho - Presidente do Conselho; (ass.) Casimiro Blanco Gomez - Conselheiro Vice-Presidente; (ass.) Antônio Eduardo Marques de Figueiredo Trindade - Conselheiro; (ass.) Bernardo Diekmann - Conselheiro; (ass.) Francisco Alves de Souza - Conselheiro; (ass.) Hélio Hiroshi Kinoshita - Conselheiro; (ass.) Jabis de Mendonça Alexandre - Conselheiro; (ass.) José Carlos Lyrio Rocha - Conselheiro; (ass.) Julio Cezar Alves de Oliveira - Conselheiro; (ass.) Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti - Conselheiro; (ass.) Paulo de Oliveira Medeiros - Conselheiro; (ass.) Rosana Techima Salsano - Conselheira; (ass.) Leandro Evangelista Poli - Conselheiro e (ass.) Sérgio Wilson Ramos Junior - Conselheiro, os dois últimos conselheiros eleitos, sem voto porque ainda não homologados.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2013.

André Leal Faoro
André Leal Faoro
Secretário

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	
Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
Nº: 35.3.0025479-5	
Protocolo: 00-2014/126431-4 - 08/04/2014	
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM	10/04/2014. E O REGISTRO SOB O NÚMERO
E DATA ABaixo.	
00002614223	
DATA: 10/04/2014	
Valéria L.M. Sora SECRETARIA GERAL	

Certidão da Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 25 de setembro de 2013
Página 2 de 2



CARTÓRIO DO 17º
OFÍCIO DE NOTAS

Geovani Alves Cunha
Escrivão
Matrícula nº 8962
M. 203/3 e Assessoria

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Figueiredo
Rua do Camo 65 - Santo - Rio de Janeiro - RJ. Tel.: 2107-5890
e-mail: carlos@oficio17.com.br

Cartório e da, re apresentado em 2014.
Origina que foi apresentado em 2014.

Total : 4,53
Sócia é 3,88
Sentença : 1,53
30% ITRFIMOS : 5,86

Geovani Alves Cunha Adv.,
Cartório em https://www3.turj.jus.br/sitepublico

ERP-5/732 FEM Consulte em https://www3.turj.jus.br/sitepublico



17º OFÍCIO DE NOTAS - Matelino Carlos Alberto Figueiredo
 Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ, Tel.: 2597-3482
 CEP: 20014-001 - Caixa Postal 2597-3482

CARTÓRIO DO 17º
 Geovani Alves
 Cunha
 Escrivão

Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução de NOTAS - R.
 original que foi apresentado. Cota: X00000008893. Cont. por: R\$ 0,33
 Rio de Janeiro, 27 de maio de 2014. 362 104-00005 : 1,33
 Geovani Alves Cunha - Aut. Total : 5,66

ENAB-57237 SXA Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>





Original
Rio de Janeiro, 21 de Maio de 2013.

Geovani Augusto Cunha - Aut. Total
EAGB-57236 OIX Consulta em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>



[illegible]

assinado eletronicamente por: ANICEIA SUERDA DE OLIVEIRA - 04/11/2019 15:51:01
 Num. 25973482 - Pág. 24
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19110614081600000000025099558>
 numero do documento: 19110614081600000000025099558



17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmino OLIVEIRA
Rua do Carmo 43 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 212-240-1111
CNPJ nº 06.940.111/0001-00

CARTÓRIO DO 17º
Geovani Alves
Cunha
Escritório
CNPJ nº 06.940.111/0001-00
OFÍCIO DE NOTAS - RJ

Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentado. Cod: X00000088091. Conf. por:
Rio de Janeiro, 27 de maio de 2014. Serventia : 4.33
36% EMFUNDOS : 1.53
Total : 5.86

Geovani Alves Cunha Aut.
ENG-57235 RJU Consulte em <https://www3.tjri.jus.br/sitepublico>



[illegible]

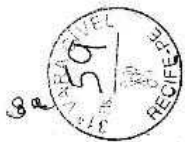
LOCAL, DATA E HORA: na sede social em Comissão situada no Rio de Janeiro, 06 - parte, neste oitavo, em 15 de setembro de 1964, às 14 horas, compareceram os Senhores: **DR. CRUZ S.A.**, neste ato representado por seus Diretores, Sr. Leonardo FERNANDES DE S.A. e Sr. Maria Adia Lima Penna, representando a **DR. CRUZ S.A.**, e Sr. Antonio de Almeida, representante da **Associação Médica Brasileira - AMB**, e Sr. Paulo Clóvis Ayres Filho - Presidente e Fernando Chagas de Araújo Teixeira - Secretário. **OBSERVAÇÃO:** 1) Dúvida de validade do presente documento, foi apresentada pelo Sr. Dr. Antonio de Almeida, alegando que a AMB não é entidade de direito público, tampouco, essa, economista, solicitando nesse caso, a **DR. CRUZ S.A.**, nº 85, 11.ª seção, Centro, portador da carteira de identidade de profissional de medicina nº 213.00.058-88, para o cargo de Presidente, em substituição ao Sr. Darce João Leite, designado de exercício do cargo de Presidente da AMB, para o período de 1964 a 1965. **RESOLUÇÃO:** Manifestar-se-á juntamente com os demais diretores. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, a qual foi assinada pelos acima mencionados Senhores, no Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1964, às 14 horas, em 06 - parte, neste oitavo.

Fernando Chagas de Araújo Teixeira - Secretário. **ASSINATURA:** SOUZA CRUZ S.A., neste ato representada por seus Diretores Sr. Leonardo FERNANDES DE S.A. e Sr. Maria Adia Lima Penna, representando esse documento foi arquivado na JUCEPEJA, sob o nº 2280196, em 10.01.2012. Vespêro G. M. Serra - Secretário Geral.

Journal, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20031-205. Consultado: 01/02/2011. Disponível em: <http://www.observatorio.org.br/pt-br/estudo-de-casos>. Acesso em: 02/02/2011.

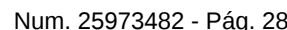
Planta 1, em páginas 34, 15 e 14, respectivamente, e o "Jornal da Manhã Econômica", nas edições dos dias 10, 11 e 14 de março de 2011, nas páginas 812, 813 e 87, respectivamente. Publicações Privadas: O Ministério da Administração, em "Demomografia Privada: O Brasil em 2010", em páginas 10 e 11, respectivamente, e o Conselho Fiscal e o Comitê de Auditoria, referidos na extrínseca encontrada em 31 de dezembro de 2010, foram publicados na edição on line 28 de fevereiro de 2011, sob o título "O Brasil: O Estado do Rio de Janeiro em 2010", em páginas 10 e 11, respectivamente, e o Conselho Fiscal, em páginas 58, 59 e 810, todos na forma da Lei nº 5.404/76, e demais normativas da Superintendência de Seguros Privados. Presenças: Presenças de autoridades representando mais de 373 (duas vezes) no Conselho de Administração da Superintendência de Seguros Privados, do Registro de Presença de Autoridades de Companhia, Presença ainda em





CARTÓRIO DO 17º
Geovani Alves
Cunha
17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Faria
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 210200000
CNPJ nº 06.941.111/0001-01
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentado. Cod: X000000000. Com. Ofício de Notas
Rio de Janeiro, 27 de maio de 2014.
Serventia : 4,33
36% TJ+FUNDS : 1,53
Total : 5,86
Geovani Alves Cunha - Aut.
EAB-57234 FUI Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

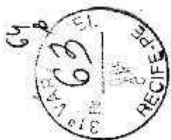


[illegible]



17º OFÍCIO DE NOTAS Tabelião Carlos Alberto Firme Oliveira
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 216-2141111
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentado. Conf: XXXXXXXXXX. Conf. por:
Rio de Janeiro, 25 de maio de 2024.
Geovani Alves Cunha - Aut. Serventia : 4,33
35% T3-FUNDOS : 1,53
Total : 5,86
ENAB-57225-001 Consulte em <https://wms3.tjri.jus.br/sitepublico>





17º OFÍCIO DE NOTAS Tabelião Carlos Alberto Firmino Oliveira
Rua do Carmo, 53 - Centro - Rio de Janeiro - RJ, Tel: 2107-2000
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução
Original que foi apresentado. Cod: XXXXXXXXXX, Data: 27 de maio de 2014.
Rio de Janeiro, 27 de maio de 2014.

Serventia	: 4,30
34% TJ-RJ	: 1,50
Total	: 5,80

Geovani Alves Cunha - Aut.
EAB-57224 UEN consulte em <https://www.tjrj.jus.br/sitepublico>

Geovani Alves Cunha
Escritório
OFÍCIO DE NOTAS - RJ





JUNTADA

Nesta data, junto aos presentes autos
a petição sob o n.º 2015.752.440,
que adiante se vê. Dou fé.

Recife, 22 de junho de 2015.


TÂNIA BECHARA ASFORA GALVÃO
CHEFE DE SECRETARIA





AVISO DE RECEBIMENTO

AR

(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO)

CORREIOS
BR

AVIS CN07

028 853145 AR

DATA DE POSTAGEM / DATE OF POSTAGE

AG. BAIRRO DE SÃO JOSÉ

UNIDADE DE POSTAGEM / UNIT OF POSTAGE

03 JUN 2015

31h 028 853145 AR
: h : h
RECIFE-PE

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO
RETOUR

JUIZO DE DIREITO DA 31ª VARA

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADDRESS CIVIL DA CAPITAL

Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano

Av. Desembargador Guerra Barreto, s/n

Alha Joana Bezerra, Recife - PE

CIDADE / LOCALITE

CEP - 50.080 - 900

UF

BRASIL

PROC. Nº 751-14.2015
EXP. Nº 2015.752.440



PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SEGUROADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO L. KAT

ENDEREÇO / ADRESSE

RUA SENADOR DANTAS, Nº 74, 5º ANDAR, CENTRO, S/A

CEP / CODE POSTAL

CIDADE / LOCALITÉ

UF

PAÍS / PAYS

20031205

RIO DE JANEIRO

RJ BRASIL

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☒ SEGURADORA DE VIDA

Etenice Constanção Santos

08 JUN 2015

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

RG: 12.753.267-2

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

R. Júnior
8 956 534-7



ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

FC0463 / 16

114 x 186 mm



Assinado eletronicamente por: ANICEIA SUERDA DE OLIVEIRA - 04/11/2019 15:51:01

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1911061408160000000025099558>

Número do documento: 1911061408160000000025099558

62
66
9

CERTIDÃO

Certifico que foi recebida nesta Secretaria uma exceção de incompetência referente aos presentes autos em 18/06/2015, em que figuram como excipiente Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT e como excepto Vanderley Miguel da Silva, tendo sido cadastrada com o nº 0032722-17.2015.8.17.0001.

Certifico ainda que este processo encontra-se suspenso por força do despacho proferido à fl. 09 da referida exceção.

Recife, 20/7/2015.


Tânia Bechara Asfóra Galvão
Chefe de Secretaria

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos CONCLUSOS a Cr.ª Juiz(a) Je Direito da 31ª Vara Cível. De cue para constar, lavrei este termo.
Recife, 02/10/15.


Chefe de Secretaria

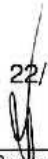


68
P
67
R

REMESSA

Nesta data, remeto os presentes autos a Comarca de Salgado de São Félix/PB, como determinado na decisão de fl.s.13/14 da Exceção de Incompetência nº0032722-17.2015.8.17.0001.

Recife, 22/12/2015


Tânia Bechara Asfóra Galvão
Chefe de Secretaria



72
p

PODER JUDICIARIO DO ESTADO DA PARAIBA
COMARCA DE ITABAIANA - CENTRAL DE DISTRIBUICAO

Tipo de distribuição: SORTEIO - 21/06/2016 10 horas 04 minutos

Processo: 0000484-86.2016.815.0381

Classe: PROCEDIMENTO ORDINARIO

INDENIZACOES REGULARES

Valor da causa : 11812,50

Serie : 10

Autor : VANDERLEI MIGUEL DA SILVA

Reu : SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO

Vara : 1A. VARA DE ITABAIANA

Juiz : LUCIANA RODRIGUES LIMA

Promotor: MARICELLY FERNANDES VIEIRA



CONCLUSÃO

Assinada eletronicamente por: ANICEIA SUERDA DE OLIVEIRA - 04/11/2019 15:51:01

Em 30/06/16

TERESA AMARAL

Relatos os atos processuais
já praticados.

Especifiquem as partes as
provas que ainda pretendem
produzir, em 10 dias

Atado 01/07/16.



Luciana Rodrigues Lima
Juíza de Direito

NOTA DE FÓRTO

14/2017

23 02 2017





00096 Processo: 000967-64.2015.8.15.0381 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: PAMELA RIBEIRO CREB-PO ADVOGADO: 010248PB JOSE ALBERTO EVARISTO DA SILVA, 006266A/ANNA KARINA MARTINS SOARES REIS, 019107PB DAELNY RAMALHO FREIRE, AUTOR: EMERSON CRESCIO DA COSTA, ADVOGADO: 010248PB JOSE ALBERTO EVARISTO DA SILVA, 006266A/ANNA KARINA MARTINS SOARES REIS, 019107PB DAELNY RAMALHO FREIRE, REU: ESTADO DA PARAIBA, ADVOGADO: 019175A PAULO RENATO GUEDES BEZERRA, Despacho: Audiência de instrução e julgamento designada para o dia 19 de abril de 2017, às 09:30 horas, na 5ª Vara desta Comarca (em continuidade).

00010 Processo: 000241-08.2014.8.15.0381 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: STEFFANY RAMALHO VENTURA ADVOGADO: 007653PB MARCUS JOSE MAIA PADILHA, AUTOR: JOSE NELDA RAMALHO BATISTA ADVOGADO: 007653PB MARCUS JOSE MAIA PADILHA, Despacho: Intime-se a Audiência de Instrução e julgamento da 20/03/2017 às 09:30h, 5ª Vara declarando-se a ausência de testemunhas e a ausência de provas deve ser informada ao intimado pelo advogado de parte a teor do art.455 do NCPC.

INGA

1A. VARA DE INGA NF 01217 (Parágrafo 2º, do Art. 370 do CPP, Com redação da Lei 8.701 de 31-05-93).
00011 Processo: 000413-42.2015.8.15.0381 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: MARIA JOSE PEREIRA DE LIMA ADVOGADO: 019300PB DAVI E. A. CAVALCANTE, Despacho: Intime-se o advogado da vítima, da audiência designada para o dia 08/03/2017 às 08h00, com previsão legal no art. 18, da Lei 13.446/06, na 1ª Vara de Inga/PB.

1A. VARA DE INGA NF 02317 (Parágrafo 2º, do Art. 370 do CPP, Com redação da Lei 8.701 de 31-05-93).
00012 Processo: 000330-39.2010.8.15.0381 - ACÃO PENAL - PROCED. REU: JOSE RUILO CUSTODIO DA SILVA ADVOGADO: 010580PB JOSE LUIS MENESES DE QUEIROZ, Despacho: Intime-se o acusado através de seu advogado, para, em 48 horas, informar se tem diligências a requerir; cuja necessidade se origine de informações ou fatos apurados na instrução.

2A. VARA DE INGA NF 01717 (INTIMACAO: ART. 236 DO CPC).

00013 Processo: 0000710-25.2011.8.15.0381 - EXECUÇÃO FISCAL AUTOR: AGENCIA NACIONAL DO PETRÓLEO DAS NATURAL, PROCOMBUSTÍVEIS ANP/REU: TEIXEIRA COM DE COMBUSTÍVEIS LTDA ADVOGADO: 006822PB WALTER DE AGRA JUNIOR, 010737PB ANNA CARNEIRO DA CUNHA MODESTO, Despacho: Intime-se de todo o teor da decisão de fls. 102 que indeferiu o pedido de liberação do valor bloqueado, eis que observados os requisitos para sua elevação.

00014 Processo: 0001295-40.2014.8.15.0381 - ALIMENTOS - LEI 8.559/01, 015800PB JOAO VALLERIANO RODRIGUES NETO, REU: I. H. R. S. Sentença: Intime-se da sentença que julgou procedente a pedido para, em consequência, exonerar o autor do dever de prestar alimentos à promotoria.

ITABAIANA

1A. VARA DE ITABAIANA NF 01117 (INTIMACAO: ART. 236 DO CPC).
00015 Processo: 0000181-43.2014.8.15.0381 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: ROSILIA MARIA DA CONCEIÇÃO ADVOGADO: 018399PB ADRIANO MARCIO DA SILVA, REU: BANCO ITAU S/A ADVOGADO: 019382PB FERNANDO ANTONIO ABRANTES ALVES DE ABRANTES, 017314PB WILSON SALES BELCHIOR, Sentença: Pedido julgado parcialmente procedente p.r.i.

00016 Processo: 000206-22.2015.8.15.0381 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: ANA CLAUDIA LOBO DE OLIVEIRA ADVOGADO: 016248PB VIVIANE MARIA SILVA DE OLIVEIRA, 019337PB EWERTON SALVIANO PEREIRA E NASCIMENTO, REU: MUNICÍPIO ITABAIANA ADVOGADO: 007647PB RICARDO SERVULO FONSECA DA COSTA, Sentença: Pedido julgado parcialmente procedente p.r.i.

00017 Processo: 000103-01.2013.8.15.0381 - ACÃO PENAL - PROCED. REU: JOSE JACAG, SOLZA CAVALCANTE ADVOGADO: 010514PB GERALDO FERREIRA FILHO, Despacho: Intime-se o acusado, através de seu advogado, para se ter termo da decisão de fls. 30.

00018 Processo: 000254-20.2011.8.15.0381 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: MARIA APARECIDA FERREIRA DA SILVA ADVOGADO: 006424PB AMERICO GOMES DE ALMEIDA, REU: BANCO ITAUCARD S/A ADVOGADO: 019079PB LUIZ FELIPE NUNES ARAUJO, Sentença: Pedido julgado improcedente p.r.i.

00019 Processo: 000276-54.2015.8.15.0381 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: ALINY LEITE COSTA ADVOGADO: 010248PB VIVIANE MARIA SILVA DE OLIVEIRA, REU: MUNICÍPIO ITABAIANA ADVOGADO: 007647PB RICARDO SERVULO FONSECA DA COSTA, Sentença: Pedido julgado improcedente p.r.i.

00020 Processo: 000259-20.2015.8.15.0381 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: ISABELLY MATIAS PAULISTINO ADVOGADO: 016248PB VIVIANE MARIA SILVA DE OLIVEIRA, 019337PB EWERTON SALVIANO PEREIRA E NASCIMENTO, REU: MUNICÍPIO ITABAIANA ADVOGADO: 007647PB RICARDO SERVULO FONSECA DA COSTA, Sentença: Pedido julgado parcialmente procedente p.r.i.

00021 Processo: 000325-85.2012.8.15.0381 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: TAYZ CARLA ARCO VERDE LOPES, REU: ENERGISA PARAIBA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A ADVOGADO: 18483PB LUIZ FELIPE LINS DA SILVA, 130515PB MARCELO ZANETTI GODDI, Despacho: Intime-se a parte autora, para apresentar a petição de defesa, no prazo de 10 dias, sob o risco de indeferimento.

00022 Processo: 000325-85.2012.8.15.0381 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: TAYZ CARLA ARCO VERDE LOPES, REU: ENERGISA PARAIBA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A ADVOGADO: 18483PB LUIZ FELIPE LINS DA SILVA, 130515PB MARCELO ZANETTI GODDI, Despacho: Intime-se a parte autora, para apresentar a petição de defesa, no prazo de 10 dias, sob o risco de indeferimento.

00023 Processo: 000350-63.2015.8.15.0381 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: MARIA DA S. ETE SILVA DE ARAUJO ADVOGADO: 007647PB RICARDO SERVULO FONSECA DA COSTA, Sentença: Pedido julgado parcialmente procedente p.r.i.

00024 Processo: 000372-38.2015.8.15.0381 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: ARLINDO BENTO CORREIA ADVOGADO: 006266A/ANNA KARINA MARTINS SOARES REIS, REU: MUNICÍPIO ITABAIANA ADVOGADO: 007647PB RICARDO SERVULO FONSECA DA COSTA, Sentença: Pedido julgado parcialmente procedente p.r.i.

00025 Processo: 000374-63.2011.8.15.0381 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: EUGENIO REZENDE DA SILVA ADVOGADO: 018439PB GILBERTO CORREIA DA SILVA FILHO, REU: INSS INSTITUTO GERAL DO SEGURO SOCIAL, Sentença: Pedido julgado improcedente p.r.i.

00026 Processo: 0000434-34.2015.8.15.0381 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: WILSON JOSE DA SILVA ADVOGADO: 015248PB VIVIANE MARIA SILVA DE OLIVEIRA, REU: MUNICÍPIO ITABAIANA ADVOGADO: 007647PB RICARDO SERVULO FONSECA DA COSTA, Sentença: Pedido julgado parcialmente procedente p.r.i.

00027 Processo: 000430-74.2009.8.15.0381 - EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA, JARIBES CORREIA DA SILVA ADVOGADO: 007152PB DAVID DE SOUZA E SILVA, Despacho: Intime-se o autor para se manifestar, no prazo de 10 dias, sobre o ofício de fls. 128.

00028 Processo: 000461-38.2012.8.15.0381 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: LEONARDO OTAVIO DE ALMEIDA ADVOGADO: 015800PB JOSE LUIS MENESES DE QUEIROZ, REU: MUNICÍPIO ITABAIANA ADVOGADO: 007647PB RICARDO SERVULO FONSECA DA COSTA, Sentença: Pedido julgado parcialmente procedente p.r.i.

00029 Processo: 000481-35.2014.8.15.0381 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: LUIZA HELIA RODRIGUES DA SILVA ADVOGADO: 007647PB RICARDO SERVULO FONSECA DA COSTA, Sentença: Pedido julgado parcialmente procedente p.r.i.

00030 Processo: 000484-86.2011.8.15.0381 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: VANDERLEI MIGUEL DA SILVA ADVOGADO: 018439PB GILBERTO CORREIA DA SILVA FILHO, REU: INSS INSTITUTO GERAL DO SEGURO SOCIAL, Sentença: Pedido julgado improcedente p.r.i.

00031 Processo: 000484-86.2011.8.15.0381 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: VANDERLEI MIGUEL DA SILVA ADVOGADO: 007647PB RICARDO SERVULO FONSECA DA COSTA, Sentença: Pedido julgado parcialmente procedente p.r.i.

00032 Processo: 000510-21.2015.8.15.0381 - EXECUÇÃO DE TÍTULO E AUTOR: MUNICÍPIO ITABAIANA ADVOGADO: 007647PB RICARDO SERVULO FONSECA DA COSTA, REU: EURIQUE MOREIRA DA SILVA, Sentença: Pedido julgado parcialmente procedente p.r.i.

00033 Processo: 000525-72.2015.8.15.0381 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: ANAELIA MARIA DE CARVALHO GOUVEIA COELHO ADVOGADO: 016248PB VIVIANE MARIA SILVA DE OLIVEIRA, REU: MUNICÍPIO ITABAIANA ADVOGADO: 007647PB RICARDO SERVULO FONSECA DA COSTA, Sentença: Pedido julgado parcialmente procedente p.r.i.

00034 Processo: 000558-78.2013.8.15.0381 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: JOAO FERNANDES DA MOTA ADVOGADO: 007647PB RICARDO SERVULO FONSECA DA COSTA, Sentença: Pedido julgado parcialmente procedente p.r.i.

00035 Processo: 000574-31.2015.8.15.0381 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: JOSE FERNANDO RIBEIRO DE LIMA ADVOGADO: 016248PB VIVIANE MARIA SILVA DE OLIVEIRA, REU: MUNICÍPIO ITABAIANA ADVOGADO: 007647PB RICARDO SERVULO FONSECA DA COSTA, Sentença: Pedido julgado parcialmente procedente p.r.i.

00036 Processo: 000601-14.2015.8.15.0381 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: LEONARDO MOREIRA DA SILVA ADVOGADO: 007647PB RICARDO SERVULO FONSECA DA COSTA, Sentença: Pedido julgado parcialmente procedente p.r.i.

00037 Processo: 000603-89.2011.8.15.0381 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: JOSELMARIA ANDRADE DA SILVA ADVOGADO: 004007PB MARCOS ANTONIO INACIO DA SILVA, REU: MUNICÍPIO JURUP-ANGA ADVOGADO: 006772PB DEBORAMARJOA GUEDES NETA, Sentença: Pedido julgado parcialmente procedente p.r.i.

PIRANHA ADVOGADO: 006772PB DEBORAMARJOA GUEDES NETA, Sentença: Pedido julgado parcialmente procedente p.r.i.

00038 Processo: 000654-82.2015.8.15.0381 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: ANTONIO MANOEL DE SOUSA FILHO ADVOGADO: 018248PB VIVIANE MARIA SILVA DE OLIVEIRA, 019337PB JOSE EWERTON SALVIANO PEREIRA E NASCIMENTO, REU: MUNICÍPIO ITABAIANA ADVOGADO: 007647PB RICARDO SERVULO FONSECA DA COSTA, Sentença: Pedido julgado parcialmente procedente p.r.i.

00039 Processo: 000656-82.2015.8.15.0381 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: LEONARDO FLORENCO DE OLIVEIRA ADVOGADO: 016248PB VIVIANE MARIA SILVA DE OLIVEIRA, 019337PB JOSE EWERTON SALVIANO PEREIRA E NASCIMENTO, REU: MUNICÍPIO ITABAIANA ADVOGADO: 007647PB RICARDO SERVULO FONSECA DA COSTA, Sentença: Pedido julgado parcialmente procedente p.r.i.

00040 Processo: 000704-55.2014.8.15.0381 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: P. C. N. ADVOGADO: 018860PB ROMULO BEZERRA DE QUEIROZ, 008492PB ANDREA MARIA DE ANDRADE SOUZA, 008497PB FORTI DE GABIAS ARODELAS MACEDO, Despacho: Intime-se a parte autora as provas que ainda pretende produzir, em 5 dias.

00041 Processo: 000714-05.2015.8.15.0381 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: JOSEILIA SILVA DE OLIVEIRA BATISTA ADVOGADO: 016248PB VIVIANE MARIA SILVA DE OLIVEIRA, REU: MUNICÍPIO ITABAIANA ADVOGADO: 007647PB RICARDO SERVULO FONSECA DA COSTA, Sentença: Pedido julgado improcedente p.r.i.

00042 Processo: 000714-05.2015.8.15.0381 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: JOSEILIA SILVA DE OLIVEIRA BATISTA ADVOGADO: 016248PB VIVIANE MARIA SILVA DE OLIVEIRA, REU: MUNICÍPIO ITABAIANA ADVOGADO: 007647PB RICARDO SERVULO FONSECA DA COSTA, Sentença: Pedido julgado improcedente p.r.i.

00043 Processo: 000756-17.2015.8.15.0381 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: JOSEFA DA CONCEIÇÃO SILVA ADVOGADO: 016248PB VIVIANE MARIA SILVA DE OLIVEIRA, 019337PB JOSE EWERTON SALVIANO PEREIRA E NASCIMENTO, REU: MUNICÍPIO ITABAIANA ADVOGADO: 007647PB RICARDO SERVULO FONSECA DA COSTA, Sentença: Pedido julgado parcialmente procedente p.r.i.

00044 Processo: 000781-54.2015.8.15.0381 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: CARLOS ALVES DA SILVA ADVOGADO: 006772PB DEBORAMARJOA GUEDES NETA, REU: MUNICÍPIO ITABAIANA ADVOGADO: 007647PB RICARDO SERVULO FONSECA DA COSTA, Sentença: Pedido julgado parcialmente procedente p.r.i.

00045 Processo: 000805-73.2015.8.15.0381 - BUSCA E APREENSÃO EM AUTOMÓVEL: CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA ADVOGADO: 018439PB GILBERTO CORREIA DA SILVA FILHO, REU: AGA LIA DA SILVA RAMOS, Despacho: Intime-se a parte executante para tomar ciência do teor da certidão de fls. 130, e, por consequência, providenciar o recolhimento da diligência pendente afim de dar regular andamento ao feito, no prazo de 10 dias.

00046 Processo: 000811-02.2014.8.15.0381 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: MARIA DE LOURDES ALVES ADVOGADO: 006266A/ANNA KARINA MARTINS SOARES REIS, REU: MUNICÍPIO ITABAIANA ADVOGADO: 007647PB RICARDO SERVULO FONSECA DA COSTA, Sentença: Pedido julgado parcialmente procedente p.r.i.

00047 Processo: 000891-29.2015.8.15.0381 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: VILMA CARNEIRO ALVES ADVOGADO: 003317PB LUIZ GUEDES MONTEIRO FILHO, REU: MUNICÍPIO JURUP-ANGA ADVOGADO: 018399PB ADRIANO MARCIO DA SILVA, Sentença: Pedido julgado parcialmente procedente p.r.i.

00048 Processo: 000896-30.2013.8.15.0381 - BUSCA E APREENSÃO EM AUTOMÓVEL: CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A ADVOGADO: 014000PB HENRIQUE BURIL WEBER, 010709PB JOAO ALBERTO DA CUNHA FILHO, REU: JOAO DE FRANCISCA DIAS, Sentença: Pedido julgado parcialmente procedente p.r.i.

00049 Processo: 000903-73.2015.8.15.0381 - ACÃO CIVIL DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIIS ADVOGADO: 016248PB VIVIANE MARIA SILVA DE OLIVEIRA, 019337PB JOSE EWERTON SALVIANO PEREIRA E NASCIMENTO, REU: MUNICÍPIO ITABAIANA ADVOGADO: 007647PB RICARDO SERVULO FONSECA DA COSTA, Sentença: Pedido julgado parcialmente procedente p.r.i.

00050 Processo: 0001076-09.2011.8.15.0381 - BUSCA E APREENSÃO EM AUTOMÓVEL: BANCO HONDA S/A ADVOGADO: 008266A/ANNA KARINA MARTINS SOARES REIS, REU: MUNICÍPIO ITABAIANA ADVOGADO: 007647PB RICARDO SERVULO FONSECA DA COSTA, Sentença: Pedido julgado parcialmente procedente p.r.i.

00051 Processo: 000106-73.2013.8.15.0381 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: MARIA VANDA DOMINGOS DE MOURA ADVOGADO: 011681PB CLAUDIO MARQUES PICCOLI, Despacho: Intime-se a parte autora para apresentar a petição de defesa, no prazo de 10 dias.

00052 Processo: 000115-44.2013.8.15.0381 - ACÃO CIVIL DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIIS ADVOGADO: 004007PB MARCOS ANTONIO INACIO DA SILVA, REU: MUNICÍPIO ITABAIANA ADVOGADO: 007647PB RICARDO SERVULO FONSECA DA COSTA, Sentença: Pedido julgado parcialmente procedente p.r.i.

00053 Processo: 000136-18.2013.8.15.0381 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: ANTONIO MARQUES DE SOUSA ADVOGADO: 016248PB VIVIANE MARIA SILVA DE OLIVEIRA, Despacho: Intime-se a parte autora, para requerer a execução do julgado em 30 dias.

00054 Processo: 000145-79.2013.8.15.0381 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: ROSIRENE DANTAS DA SILVA ADVOGADO: 004007PB MARCOS ANTONIO INACIO DA SILVA, REU: MUNICÍPIO ITABAIANA ADVOGADO: 007647PB RICARDO SERVULO FONSECA DA COSTA, Sentença: Pedido julgado parcialmente procedente p.r.i.

00055 Processo: 000145-79.2013.8.15.0381 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: ROSIRENE DANTAS DA SILVA ADVOGADO: 004007PB MARCOS ANTONIO INACIO DA SILVA, REU: MUNICÍPIO ITABAIANA ADVOGADO: 007647PB RICARDO SERVULO FONSECA DA COSTA, Sentença: Pedido julgado parcialmente procedente p.r.i.

00056 Processo: 000153-76.2009.8.15.0381 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: HAILE SILVA MENEZES ADVOGADO: 006424PB AMERICO GOMES DE ALMEIDA, REU: BANCO FINANSA S/A ADVOGADO: 014280PB RICARDO LEITE DE MELO, Sentença: Pedido julgado improcedente p.r.i.

00057 Processo: 000160-57.2013.8.15.0381 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: FLAVIANO RODRIGUES CARLOS ADVOGADO: 013807PB FLAVIANO RODRIGUES CARLOS, Despacho: Intime-se a parte autora para requerer o que de direito no prazo de 10 dias.

00058 Processo: 000168-23.2012.8.15.0381 - EXECUÇÃO DE TÍTULO E AUTOR: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A ADVOGADO: 016477PB DAVID SOMIRA PEIXOTO, Despacho: Intime-se o autor para se manifestar sobre a diligência pendente de ofício, para que seja providenciada a produção de provas, no prazo de 10 dias.

00059 Processo: 000168-23.2012.8.15.0381 - EXECUÇÃO DE TÍTULO E AUTOR: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A ADVOGADO: 016477PB DAVID SOMIRA PEIXOTO, Despacho: Intime-se o autor para se manifestar sobre a diligência pendente de ofício, para que seja providenciada a produção de provas, no prazo de 10 dias.

00060 Processo: 000168-23.2012.8.15.0381 - ACÃO CIVIL DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIIS ADVOGADO: 004007PB MARCOS ANTONIO INACIO DA SILVA, REU: MUNICÍPIO ITABAIANA ADVOGADO: 007647PB RICARDO SERVULO FONSECA DA COSTA, Sentença: Pedido julgado parcialmente procedente p.r.i.

00061 Processo: 000168-23.2012.8.15.0381 - ACÃO CIVIL DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIIS ADVOGADO: 004007PB MARCOS ANTONIO INACIO DA SILVA, REU: MUNICÍPIO ITABAIANA ADVOGADO: 007647PB RICARDO SERVULO FONSECA DA COSTA, Sentença: Pedido julgado parcialmente procedente p.r.i.

00062 Processo: 000168-23.2012.8.15.0381 - ACÃO CIVIL DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIIS ADVOGADO: 004007PB MARCOS ANTONIO INACIO DA SILVA, REU: MUNICÍPIO ITABAIANA ADVOGADO: 007647PB RICARDO SERVULO FONSECA DA COSTA, Sentença: Pedido julgado parcialmente procedente p.r.i.

00063 Processo: 000168-23.2012.8.15.0381 - ACÃO CIVIL DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIIS ADVOGADO: 004007PB MARCOS ANTONIO INACIO DA SILVA, REU: MUNICÍPIO ITABAIANA ADVOGADO: 007647PB RICARDO SERVULO FONSECA DA COSTA, Sentença: Pedido julgado parcialmente procedente p.r.i.

00064 Processo: 000228-27.2013.8.15.0381 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: LEONARDO FLORENCO DE OLIVEIRA ADVOGADO: 004007PB MARCOS ANTONIO INACIO DA SILVA, REU: MUNICÍPIO ITABAIANA ADVOGADO: 007647PB RICARDO SERVULO FONSECA DA COSTA, Sentença: Pedido julgado parcialmente procedente p.r.i.

1A. VARA DE ITABAIANA NF 01117 (Parágrafo 2º, do Art. 370 do CPP, Com redação da Lei 8.701 de 31-05-93).
00065 Processo: 000145-84.2015.8.15.0381 - ACÃO PENAL - PROCED. REU: MARCOS FERRERIRA DA SILVA ADVOGADO: 018860PB ROMULO BEZERRA DE QUEIROZ, Despacho: Intime-se a parte autora para apresentar a petição de defesa, no prazo de 10 dias.

00066 Processo: 0002505-40.2013.8.15.0381 - ACÃO PENAL - PROCED. REU: AUGUSTO CESAR DOS SANTOS OUTRA ADVOGADO: 015800PB JOSE LUIS MENESES DE QUEIROZ, Despacho: Intime-se a parte autora para apresentar a petição de defesa, no prazo de 10 dias.

2A. VARA DE ITABAIANA NF 00817 (INTIMACAO: ART. 236 DO CPC).
00067 Processo: 000100-31.2013.8.15.0381 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: BFB LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL ADVOGADO: 010890PB BENJAMIN DO REGO MONTEIRO NETO, 016248PB VIVIANE MARIA SILVA DE OLIVEIRA, 019337PB JOSE EWERTON SALVIANO PEREIRA E NASCIMENTO, REU: MUNICÍPIO ITABAIANA ADVOGADO: 007647PB RICARDO SERVULO FONSECA DA COSTA, Sentença: Pedido julgado parcialmente procedente p.r.i.

00068 Processo: 000161-53.2015.8.15.0381 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: MARIA DO CARMO DA SILVA ADVOGADO: 006772PB DEBORAMARJOA GUEDES NETA, REU: MUNICÍPIO ITABAIANA ADVOGADO: 007647PB RICARDO SERVULO FONSECA DA COSTA, Sentença: Pedido julgado parcialmente procedente p.r.i.

00069 Processo: 0002071-44.2015.8.15.0381 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: ADRIANA ALVES DE OLIVEIRA ADVOGADO: 016248PB VIVIANE MARIA SILVA DE OLIVEIRA, 019337PB JOSE EWERTON SALVIANO PEREIRA E NASCIMENTO, REU: MUNICÍPIO ITABAIANA ADVOGADO: 007647PB RICARDO SERVULO FONSECA DA COSTA, Sentença: Pedido julgado parcialmente procedente p.r.i.

00070 Processo: 000261-89.2016.8.15.0381 - MANDADO DE SEGURANÇA REU: PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, JURUP-ANGA ADVOGADO: 014909PB MIKELINE DE OLIVEIRA E CONRADO, Sentença: Mandado de segurança concedido.



142
[assinatura]

-
ESTADO DA PARAIBA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE ITABAIANA
1ª VARA MISTA

Fórum Desembargador Almir Carneiro da Fonseca
Rodovia PB-054, Km 18, Alto Alegre, Itabaiana-PB- CEP - 58360-000
Telefone/Fax (83) 3281-1383 e (83) 3281-1448

CERTIDÃO

Certifico que, nos termos do art. 4, parágrafo 3º, da Lei 11.419/2006, em data de 24/03/2017, decorreu o prazo de 10 (dez) dias, concedido no despacho de fls. 70v sem que as partes, devidamente intimadas, se manifestassem no feito. O referido é verdade. Dou fé.

Itabaiana, 31 de maio de 2017.

[assinatura]

Suelena Farias Moura Cabral
Analista Judiciária
Mat. 476.597-4

CONCLUSÃO

Nesta data, faço os presentes autos conclusos ao Juiz de Direito para os devidos fins.

Itabaiana, 31/05/2017.

[assinatura]

Analista Judiciária





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE ITABAIANA

43
Tus

Ref. Processo nº 0000484-86.2016.815.0381

S E N T E N Ç A

SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT - ACIDENTE
- OCORRÊNCIA - DEBILIDADE - COMPROVA-
ÇÃO - NEXO DE CAUSALIDADE - EXISTÊNCIA
- PAGAMENTO DEVIDO - OBEDIÊNCIA A TA-
BELA PREVISTA NA LEI Nº 11.945/09 -
PROCEDÊNCIA PARCIAL DO PEDIDO.

- Havendo a comprovação do acidente automobilístico, além da invalidez permanente parcial incompleta do autor, impõe-se a condenação da seguradora no pagamento do seguro obrigatório proporcional ao grau de debilidade, obedecendo a tabela prevista na Lei nº 11.945/09.

Vistos etc.

Cuida-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório (DPVAT) interposto por Vanderlei Miguel da Silva, qualificado nos autos, em face da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT.

Em audiência foi tentada a conciliação, resultando infrutífera. Ato contínuo, foi apresentada contestação escrita, manifestando-se o autor.


Luciene Rodrigues Lima
Juiz de Direito

1



Laudo de verificação e quantificação de lesões permanentes, encartado às fls. 26/27.

344
[assinatura]

É o relatório. Decido.

O cerne da questão consiste em analisar se a parte promovente Vanderlei Miguel da Silva faz jus ao recebimento integral do seguro obrigatório - DPVAT em razão de acidente automobilístico que o vitimou, vez que contesta o valor já recebido na via administrativa de R \$ 1.687,50 (hum mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

O caso ora em análise será regido pela norma vigente na data em que ocorreu o acidente, ou seja, 20/06/2013. Assim, aplicável será o inciso II, do art. 3.º, da Lei 6.194/1974, alterado pela Medida Provisória 340, de 29/12/2006, convertida na Lei 11.482/2007 e com as alterações delimitadas pela Lei nº 11.945/2009.

Situada a matéria no campo legal e estabelecida a norma que fundamenta a pretensão do autor, necessário verificar se ele se desincumbiu do ônus de comprovar o fato constitutivo de seu direito.

Nos termos do artigo 5.º, da Lei n. 6.194/74, tem-se que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e dano decorrente, independentemente da existência de culpa. A propósito:

"Art. 5º - O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado".

No caso destes autos, o acidente restou provado pelo Boletim de Ocorrência.

[assinatura]
Juiz de Direito

2



45
ano

O dano decorrente é incontroverso, como se vê do laudo médico, realizado pelo IML, que em virtude do acidente no trânsito, o autor teve dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometeu o ombro direito no grau de 75%.

Por outro lado, o artigo 3º, inciso "II", da Lei 6.194/74, é taxativo ao limitar a indenização, nos casos de invalidez permanente, em até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Já o art. 5º, § 5º, do mencionado regramento, de forma clara preceitua que o departamento médico legal da jurisdição do acidente, deve quantificar as lesões físicas ou psíquicas permanentes da vítima, conforme a "tabela das Condições Gerais do Seguro de Acidente suplementada, nas restrições e missões desta, pela tabela de acidentes do trabalho, e da classificação internacional das doenças". Pelo disposto no ordenamento legal supramencionado, é necessária a demonstração da extensão da lesão para a valoração do *quantum* devido.

Quanto à definição do grau da invalidez para determinar o *quantum* indenizatório restou confirmada debilidade permanente do ombro direito no grau de 75%.

Caracterizada a debilidade permanente e tomando por base a tabela anexa a legislação específica, fácil é concluir que no caso de perda completa da mobilidade de um dos ombros, o percentual de perda chega a 25% (vinte e cinco por cento), o que alcança o montante indenizatório de R\$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais).

Outrossim, considerando que a perda funcional alcançou o grau 75%, que caracteriza a invalidez permanente parcial incompleta, mister a redução proporcional da indenização, devendo o promovido ser compelido a pagar a indenização no valor de R \$ 2.531,25 (dois mil quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos).

3
Luciane D. Aguiar Lima
Juiz de Direito



H/G
Nesse contexto e considerando que o autor já recebeu na via administrativa o valor de R \$ 1.687,50 (hum mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), mister que a Seguradora pague a quantia remanescente no valor de R \$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos).

DO DISPOSITIVO

Em face do exposto, **JULGO PROCEDENTE em parte** o pedido do autor e condeno a seguradora-ré, a pagar ao autor a quantia de **R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos)**, acrescido de atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, a partir da data do acidente (20/06/2013) até a data do efetivo pagamento, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento), ao mês, a partir da citação.

Condeno as partes no pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, este último fixado em R \$ 500 (quinhentos reais), rateados proporcionalmente entre as partes - 70% a ser pago pelo autor e 30% a ser pago pelo promovido, ante a sucumbência recíproca. Outrossim, considerando ser o autor beneficiário da Justiça Gratuita suspendo a exigibilidade da cobrança das custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do art. 98, § 3º, do CPC.

Publique. Registre. Intimem.

Itabaiana, 13 de junho de 2017.



Luciana Rodrigues Lima

Juiza de Direito



PUBLICAÇÃO L. 85.137-7

Título que nesta data tem por objeto a
nº 43146
Data de 04/11/2019

Em, 24 de 06, 2014

Técnico (Assistente)

NOTA DE FORO

Certifico que, nesta data, expedir a NF nº 5212014
para intimar (X) autor / (X) réu do despacho
seção de 1ª. Dou 16.

Em, 14 de 04, 2014

Técnico (Assistente)



PAULO GUSTAVO DE MELLO SILVA SOARES, 018032PB KALLYL PALMEIRA MAIA. Despacho: Intime-se parte promovedora para efetuar o pagamento das custas processuais, no prazo de 10 (dez) dias, conforme sentença proferida nos autos.

VARA ÚNICA DA COMARCA DE COREMAS Nº 1161/17 (Parágrafo 2º, do Art. 370 do CPP, com redação da Lei 8.701 de 01-09-93).

00624 Processo: 0000011-11.2017.815.0561 - AÇÃO PENAL - PROCEDE REU: DEMONTER FELIX DE SOUSA ADVOGADO: 021036PB RAPHAEL CORREIA LINS. Despacho: Audiência designada para dia 09/08/2017, pelas 15:00 horas.

00625 Processo: 0000041-46.2017.815.0561 - AÇÃO PENAL - PROCEDE REU: SERGIO MARTINS VIRGOLINO ADVOGADO: 021036PB RAPHAEL CORREIA LINS. Despacho: Intime-se parte promovedora para efetuar o pagamento das custas processuais, no prazo de 10 (dez) dias, conforme sentença proferida nos autos.

CRUZ DO ESPIRITO SANTO

EXECUÇÃO PENAL DE CRUZ DO ESPIRITO SANTO Nº 091/17 (Parágrafo 2º, do Art. 370 do CPP, com redação da Lei 8.701 de 01-09-93).

00626 Processo: 0000001-46.2017.815.0561 - AÇÃO PENAL - PROCEDE REU: SERGIO MARTINS VIRGOLINO ADVOGADO: 021036PB RAPHAEL CORREIA LINS. Despacho: Intime-se parte promovedora para efetuar o pagamento das custas processuais, no prazo de 10 (dez) dias, conforme sentença proferida nos autos.

ESPERANÇA

1A. VARA DE ESPERANÇA Nº 195/17 (INTIMAÇÃO: ART. 236 DO CPC).

00627 Processo: 0000037-44.2014.815.0171 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REU: EDVALDO DOS SANTOS ELEUTERIO ADVOGADO: 006031PB SEBASTIAO ARAUJO DE MARIÁ, REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A ADVOGADO: 020111A SAMUEL MARQUES CUSTODIO DE ALBUQUERQUE. Despacho: Intime-se parte promovedora para efetuar o pagamento das custas processuais, no prazo de 10 (dez) dias, conforme sentença proferida nos autos.

00628 Processo: 0000037-44.2014.815.0171 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A ADVOGADO: 020111A SAMUEL MARQUES CUSTODIO DE ALBUQUERQUE. Despacho: Intime-se parte promovedora para efetuar o pagamento das custas processuais, no prazo de 10 (dez) dias, conforme sentença proferida nos autos.

00629 Processo: 0000037-44.2014.815.0171 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REU: JANELENE BARBOSA DINIZ ADVOGADO: 006031PB SEBASTIAO ARAUJO DE MARIÁ, REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A ADVOGADO: 020111A SAMUEL MARQUES CUSTODIO DE ALBUQUERQUE. Despacho: Intime-se parte promovedora para efetuar o pagamento das custas processuais, no prazo de 10 (dez) dias, conforme sentença proferida nos autos.

00630 Processo: 0000037-44.2014.815.0171 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REU: LEANDRO SOUZA PEGADO ADVOGADO: 014787PB RENATA BRUNA DE FARIAS BRITO, REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A ADVOGADO: 020111A SAMUEL MARQUES CUSTODIO DE ALBUQUERQUE. Despacho: Intime-se parte promovedora para efetuar o pagamento das custas processuais, no prazo de 10 (dez) dias, conforme sentença proferida nos autos.

00631 Processo: 0000037-44.2014.815.0171 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A ADVOGADO: 020111A SAMUEL MARQUES CUSTODIO DE ALBUQUERQUE. Despacho: Intime-se parte promovedora para efetuar o pagamento das custas processuais, no prazo de 10 (dez) dias, conforme sentença proferida nos autos.

00632 Processo: 0000037-44.2014.815.0171 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REU: RAMELSON GONCALVES DE OLIVEIRA ADVOGADO: 016828PB EMANUELE BARANA FERREIRA, REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A ADVOGADO: 022118PB ROSTAND INACIO DOS SANTOS. Despacho: Intime-se parte promovedora para efetuar o pagamento das custas processuais, no prazo de 10 (dez) dias, conforme sentença proferida nos autos.

00633 Processo: 0000037-44.2014.815.0171 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A ADVOGADO: 022118PB ROSTAND INACIO DOS SANTOS. Despacho: Intime-se parte promovedora para efetuar o pagamento das custas processuais, no prazo de 10 (dez) dias, conforme sentença proferida nos autos.

00634 Processo: 0000037-44.2014.815.0171 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REU: JOAO MACHADO DA COSTA ADVOGADO: 013482PB GUSTAVO DE OLIVEIRA DELFINO. Despacho: Intime-se parte promovedora para efetuar o pagamento das custas processuais, no prazo de 10 (dez) dias, conforme sentença proferida nos autos.

00635 Processo: 0000037-44.2014.815.0171 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REU: GEOWAN AGRIPIANO ADVOGADO: 016828PB EMANUELE BARANA FERREIRA, REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A ADVOGADO: 022118PB ROSTAND INACIO DOS SANTOS. Despacho: Intime-se parte promovedora para efetuar o pagamento das custas processuais, no prazo de 10 (dez) dias, conforme sentença proferida nos autos.

00636 Processo: 0000037-44.2014.815.0171 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A ADVOGADO: 022118PB ROSTAND INACIO DOS SANTOS. Despacho: Intime-se parte promovedora para efetuar o pagamento das custas processuais, no prazo de 10 (dez) dias, conforme sentença proferida nos autos.

00637 Processo: 0000037-44.2014.815.0171 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REU: LAELSON DA COSTA SANTOS ADVOGADO: 020364PB WANDERSON MOURA DA SILVA, REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A ADVOGADO: 017314A WILSON BELCHOR, 017314A WILSON SALES BELCHOR. Despacho: Intime-se parte promovedora para efetuar o pagamento das custas processuais, no prazo de 10 (dez) dias, conforme sentença proferida nos autos.

00638 Processo: 0000037-44.2014.815.0171 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REU: JOAO PAULO SIMAO MARTINS ADVOGADO: 016828PB EMANUELE BARANA FERREIRA, REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A ADVOGADO: 022118PB ROSTAND INACIO DOS SANTOS. Despacho: Intime-se parte promovedora para efetuar o pagamento das custas processuais, no prazo de 10 (dez) dias, conforme sentença proferida nos autos.

00639 Processo: 0000037-44.2014.815.0171 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REU: RANGIO DA SILVA NETO ADVOGADO: 017103PB ALIPIO BEZERRA DE MELO NETO, REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A ADVOGADO: 018125A ROSTAND INACIO DOS SANTOS. Despacho: Intime-se parte promovedora para efetuar o pagamento das custas processuais, no prazo de 10 (dez) dias, conforme sentença proferida nos autos.

00640 Processo: 0000037-44.2014.815.0171 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A ADVOGADO: 018125A ROSTAND INACIO DOS SANTOS. Despacho: Intime-se parte promovedora para efetuar o pagamento das custas processuais, no prazo de 10 (dez) dias, conforme sentença proferida nos autos.

00641 Processo: 0000037-44.2014.815.0171 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REU: FABIANO BERNARDO MARQUES ADVOGADO: 017627PB RICHMEL CIRNE ELOY, REU: ITAU SEGUROS S/A ADVOGADO: 022118PB ROSTAND INACIO DOS SANTOS. Despacho: Intime-se parte promovedora para efetuar o pagamento das custas processuais, no prazo de 10 (dez) dias, conforme sentença proferida nos autos.

00642 Processo: 0000037-44.2014.815.0171 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REU: ITAU SEGUROS S/A ADVOGADO: 022118PB ROSTAND INACIO DOS SANTOS. Despacho: Intime-se parte promovedora para efetuar o pagamento das custas processuais, no prazo de 10 (dez) dias, conforme sentença proferida nos autos.

00643 Processo: 0000037-44.2014.815.0171 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REU: JOAO PAULO SIMAO MARTINS ADVOGADO: 016828PB EMANUELE BARANA FERREIRA, REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A ADVOGADO: 022118PB ROSTAND INACIO DOS SANTOS. Despacho: Intime-se parte promovedora para efetuar o pagamento das custas processuais, no prazo de 10 (dez) dias, conforme sentença proferida nos autos.

00644 Processo: 0000037-44.2014.815.0171 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A ADVOGADO: 022118PB ROSTAND INACIO DOS SANTOS. Despacho: Intime-se parte promovedora para efetuar o pagamento das custas processuais, no prazo de 10 (dez) dias, conforme sentença proferida nos autos.

00645 Processo: 0000037-44.2014.815.0171 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REU: JOAO PAULO SIMAO MARTINS ADVOGADO: 016828PB EMANUELE BARANA FERREIRA, REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A ADVOGADO: 022118PB ROSTAND INACIO DOS SANTOS. Despacho: Intime-se parte promovedora para efetuar o pagamento das custas processuais, no prazo de 10 (dez) dias, conforme sentença proferida nos autos.

00646 Processo: 0000037-44.2014.815.0171 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REU: RENATA DA SILVA CANDIDO RIBEIRO ADVOGADO: 006046PB WAMBERTO BALBINO SALES, REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A ADVOGADO: 020111A SAMUEL MARQUES CUSTODIO DE ALBUQUERQUE. Despacho: Intime-se parte promovedora para efetuar o pagamento das custas processuais, no prazo de 10 (dez) dias, conforme sentença proferida nos autos.

00647 Processo: 0000037-44.2014.815.0171 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A ADVOGADO: 020111A SAMUEL MARQUES CUSTODIO DE ALBUQUERQUE. Despacho: Intime-se parte promovedora para efetuar o pagamento das custas processuais, no prazo de 10 (dez) dias, conforme sentença proferida nos autos.

2A. VARA DE ESPERANÇA Nº 086/17 (INTIMAÇÃO: ART. 236 DO CPC).

00648 Processo: 0000037-44.2014.815.0171 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REU: MANOEL EURIQUES DOS SANTOS ADVOGADO: 020860CE GILDO LEOBINO DE SOUZA JUNIOR, Atc Ordinatório: INTIME-SE À PARTE AUTORA PARA EM 15 DIAS, APRESENTAR RESPOSTA QUANTO À CONTESTAÇÃO.

00649 Processo: 0000037-44.2014.815.0171 - INTERCÂMBIO REU: FRANCINEUMA GONCALVES COSTA ADVOGADO: 017389PB LEANDRO LUIZ DE SOUZA, REU: FRANCISCO CIRILO COSTA. Sentença: Pedido julgado procedente.

GUARABIRA

2A. VARA DE GUARABIRA Nº 118/17 (Parágrafo 2º, do Art. 370 do CPP, com redação da Lei 8.701 de 01-09-93).

00650 Processo: 0000051-66.2017.815.0181 - AÇÃO PENAL - PROCEDE REU: ANTONIO CORREIA DA SILVA JUNIOR ADVOGADO: 019102PB CAYO CESAR PEREIRA LIMA, REU: GEANDSON DA SILVA ROQUE ADVOGADO: 019102PB CAYO CESAR PEREIRA LIMA, REU: PEDRO REGO DA SILVA FILHO ADVOGADO: 021092PB PEDRO CORREIA DOS SANTOS JUNIOR. Despacho: Audiência de instrução designada para o dia 03/08/2017 às 09:00 na Sala de Audiências desta Segunda Vara.

00651 Processo: 0000037-44.2014.815.0181 - AÇÃO PENAL - PROCEDE REU: MARIA DA CONCEIÇÃO DOS SANTOS GUARAJÁ ADVOGADO: 003562PB JOSE ALVES CARDOSO, REU: MARIA DAS GRACAS DE LIMA TARGINO ADVOGADO: 003562PB JOSE ALVES CARDOSO, REU: ALCENE FIRMINO DA SILVA ADVOGADO: 003562PB JOSE ALVES CARDOSO, REU: ROSANGELA VIEGAS DE FRANCA ADVOGADO: 003562PB JOSE ALVES CARDOSO. Despacho: Intime-se parte promovedora para efetuar o pagamento das custas processuais, no prazo de 10 (dez) dias, conforme sentença proferida nos autos.

3A. VARA DE GUARABIRA Nº 048/17 (INTIMAÇÃO: ART. 236 DO CPC).

00652 Processo: 0000037-44.2014.815.0181 - INVENTÁRIO REU: SEVERINO RONALDO TAURINO DA SILVA ADVOGADO: 010609PB VALENTIM DA SILVA MOURA, 012311PB CARLOS ALBERTO SILVA DE MELO. Despacho: Intime-se parte promovedora para efetuar o pagamento das custas processuais, no prazo de 10 (dez) dias, conforme sentença proferida nos autos.

00653 Processo: 0000037-44.2014.815.0181 - REMOÇÃO DE INVENTÁRIO REU: IVAN VIEIRA DA SILVA ADVOGADO: 010609PB VALENTIM DA SILVA MOURA, 012311PB CARLOS ALBERTO SILVA DE MELO. Despacho: Intime-se parte promovedora para efetuar o pagamento das custas processuais, no prazo de 10 (dez) dias, conforme sentença proferida nos autos.

INGA

1A. VARA DE INGA Nº 077/17 (INTIMAÇÃO: ART. 236 DO CPC).

00654 Processo: 0000037-44.2014.815.0201 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REU: FILIPE DA SILVA BARBOSA ADVOGADO: 009009PB NEURI RODRIGUES DE SOUSA. Despacho: Intime-se parte promovedora para efetuar o pagamento das custas processuais, no prazo de 10 (dez) dias, conforme sentença proferida nos autos.

1A. VARA DE INGA Nº 077/17 (Parágrafo 2º, do Art. 370 do CPP, com redação da Lei 8.701 de 01-09-93).

00655 Processo: 0000037-44.2014.815.0201 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REU: FILIPE DA SILVA BARBOSA ADVOGADO: 009009PB NEURI RODRIGUES DE SOUSA. Despacho: Intime-se parte promovedora para efetuar o pagamento das custas processuais, no prazo de 10 (dez) dias, conforme sentença proferida nos autos.

ITABAIANA

1A. VARA DE ITABAIANA Nº 052/17 (INTIMAÇÃO: ART. 236 DO CPC).

00656 Processo: 0000037-44.2014.815.0381 - REINTEGRAÇÃO DE MANUTENÇÃO REU: BANCO ITAUEASING S/A ADVOGADO: 030878PB WASHINGTON FARIAS DE SIQUEIRA. Sentença: Pedido julgado procedente.

00657 Processo: 0000037-44.2014.815.0381 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REU: LEONARDO DA SILVA ADVOGADO: 018249PB VIVIANE MARIA SILVA DE OLIVEIRA, REU: MUNICÍPIO ITABAIANA. Sentença: Pedido julgado procedente.

00658 Processo: 0000037-44.2014.815.0381 - MANDADO DE SEGURANÇA REU: CAMARA MUNICIPAL DE INGA ADVOGADO: 019102PB CAYO CESAR PEREIRA LIMA, REU: MUNICÍPIO MOGEORE. Sentença: Pedido julgado procedente.

00659 Processo: 0000037-44.2014.815.0381 - EXECUÇÃO DE TÍTULO E AUTOR: HSEB BANK BRASIL S/A BANCO MULTIPLO ADVOGADO: 012450A ANTONIO BRAZ DA SILVA. Despacho: Intime-se parte promovedora para efetuar o pagamento das custas processuais, no prazo de 10 (dez) dias, conforme sentença proferida nos autos.

00660 Processo: 0000037-44.2014.815.0381 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REU: MARIA INES COSTA DE MELO ADVOGADO: 018249PB VIVIANE MARIA SILVA DE OLIVEIRA, REU: MUNICÍPIO MOGEORE. Sentença: Pedido julgado procedente.

00661 Processo: 0000037-44.2014.815.0381 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REU: ELISANGELA VITAL DE SOUZA ADVOGADO: 014532PB FREDERICK DINIZ TOME DE LIMA, REU: MUNICÍPIO JURUPARE. Sentença: Pedido julgado procedente.

00662 Processo: 0000037-44.2014.815.0381 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REU: VALDINEI BARBOSA PORTO ADVOGADO: 006295PB ANANIAS LUCENA DE ARAUJO NETO. Sentença: Pedido julgado procedente.

00663 Processo: 0000037-44.2014.815.0381 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA REU: MUNICÍPIO SALGADO DE SAO FELIX ADVOGADO: 006295PB ANANIAS LUCENA DE ARAUJO NETO. Sentença: Pedido julgado procedente.

00664 Processo: 0000037-44.2014.815.0381 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REU: ROBERTO LUIZ DA SILVA ADVOGADO: 006295PB ANANIAS LUCENA DE ARAUJO NETO. Sentença: Pedido julgado procedente.

00665 Processo: 0000037-44.2014.815.0381 - INVENTÁRIO REU: JOAQUIM BERNARDOS AMARAL ADVOGADO: 006295PB ANANIAS LUCENA DE ARAUJO NETO. Sentença: Pedido julgado procedente.

00666 Processo: 0000037-44.2014.815.0381 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REU: MARIA JOSE DOS SANTOS AMARAL ADVOGADO: 006295PB ANANIAS LUCENA DE ARAUJO NETO. Sentença: Pedido julgado procedente.

00667 Processo: 0000037-44.2014.815.0381 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REU: MARIA SALLETE BERNARDES ARAUJO ADVOGADO: 006295PB ANANIAS LUCENA DE ARAUJO NETO. Sentença: Pedido julgado procedente.

00668 Processo: 0000037-44.2014.815.0381 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REU: VANDERLEI MIGUEL DA SILVA ADVOGADO: 034570PB GILBERTO CORREIA DA SILVA FILHO, REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT ADVOGADO: 030228PB ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR. Sentença: Pedido julgado procedente.

00669 Processo: 0000037-44.2014.815.0381 - AÇÃO JUDICIAL - LEI AUTORA: MARLI CORREIA DA SILVA ADVOGADO: 012248PB GILMARA ALVES SILVA. Interessado: BANCO DO BRASIL ADVOGADO: 016780BA LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENCO, 016780BA LUIS CARLOS LAURENCO, 010114A CELSO DAVID ANTUNES. Sentença: Pedido julgado improcedente.

00670 Processo: 0000037-44.2014.815.0381 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REU: FELIX TARGINO DA SILVA ADVOGADO: 012248PB GILMARA ALVES SILVA. Interessado: BANCO DO BRASIL ADVOGADO: 016780BA LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENCO, 016780BA LUIS CARLOS LAURENCO, 010114A CELSO DAVID ANTUNES. Sentença: Pedido julgado improcedente.

00671 Processo: 0000037-44.2014.815.0381 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REU: ANA PAULA JOAQUIM ADVOGADO: 012248PB GILMARA ALVES SILVA. Interessado: BANCO DO BRASIL ADVOGADO: 016780BA LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENCO, 016780BA LUIS CARLOS LAURENCO, 010114A CELSO DAVID ANTUNES. Sentença: Pedido julgado improcedente.

00672 Processo: 0000037-44.2014.815.0381 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REU: VICENCIA MARIA COUTINHO ADVOGADO: 012248PB GILMARA ALVES SILVA. Interessado: BANCO DO BRASIL ADVOGADO: 016780BA LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENCO, 016780BA LUIS CARLOS LAURENCO, 010114A CELSO DAVID ANTUNES. Sentença: Pedido julgado improcedente.

00673 Processo: 0000037-44.2014.815.0381 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REU: ANA PAULA JOAQUIM ADVOGADO: 012248PB GILMARA ALVES SILVA. Interessado: BANCO DO BRASIL ADVOGADO: 016780BA LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENCO, 016780BA LUIS CARLOS LAURENCO, 010114A CELSO DAVID ANTUNES. Sentença: Pedido julgado improcedente.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA

1ª Vara Mista de Itabaiana
Rodovia PB 054 - Km 18, Alto Alegre, ITABAIANA - PB -
CEP: 58360-000

ATO ORDINATÓRIO (ART. 349, CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAIS - CGJPB)

Nº DO PROCESSO: 0000484-86.2016.8.15.0381

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: VANDERLEI MIGUEL DA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

De acordo com as prescrições do art. 349 e seguintes do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, e nos termos do Ato da Presidência n. 50/2018, **COMUNICO** a conclusão do procedimento de migração dos autos físicos de n. 0000484-86.2016.8.15.0381 para o PJe (Processo Judicial Eletrônico) e **INTIMO** as partes, por seus advogados, defensores públicos ou dativos, Fazenda Pública e o Ministério Público, regularmente habilitados perante o sistema de processo eletrônico - PJe, a requerer o que for pertinente, em 5 (cinco) dias, sob pena de preclusão.

ITABAIANA, 20 de abril de 2020.

Raphael Alves Leite
Técnico Judiciário